



***DIAGNÓSTICO SOBRE AS SITUAÇÕES DE AMEAÇAS DE
MORTE CONTRA TRABALHADORES E TRABALHADORAS
RURAIS DO SUL E SUDESTE DO PARÁ***

PARÁ/BRASIL

2012



Comissão Pastoral da Terra - CPT

O Senhor disse: “ Eu vi, eu vi a aflição de meu povo que está no Egito, e ouvi os seus clamores por causa de seus opressores. Sim, eu conheço seus sofrimentos. [...] E desci para livrá-lo da mão dos egípcios e para fazê-lo subir do Egito para uma terra fértil e espaçosa, uma terra que mana leite e mel. (Êxodo, Cap. 03, Vs 7 e 8)

“Como já falei antes, as ameaças de morte eram constantes, mas em nenhum momento pensei em deixar a associação, eu procurava em Deus força para continuar lutando. Seria uma atitude de maior covardia, se nos momentos mais difíceis, eu deixasse tantas famílias e que precisavam e precisam até hoje de apoio, sozinhas [...] e não era só eu, o meu marido estava na mesma situação [...] Defender uma causa social pra muitos não tem sentido, mas pra mim tem um significado muito grande. No decorrer desses quatro anos, continuamente vem acontecendo fatos, que eu imaginava que um dia, mais cedo ou mais tarde viesse a acontecer....”

Trecho do Memorial apresentado por Maria do Espírito Santo para obtenção de diploma no Curso de Magistério/UFPA em Março de 2004



Comissão Pastoral da Terra - CPT

A fala da terra

*A Liberdade da Terra não é assunto de lavradores.
A Liberdade da Terra é assunto de todos quantos
se alimentam dos frutos da Terra.
Do que vive, sobrevive, de salário.
Do que não tem casa. Do que só tem o viaduto.
Dos que disputam com os ratos
os restos das grandes cidades.
Do que é impedido de ir à escola.
Das meninas e meninos de rua.
Das prostitutas. Dos ameaçados pelo cólera.
Dos que amargam o desemprego.
Dos que recusam a morte do sonho.*

*A Liberdade da Terra e a paz no campo têm nome:
Reforma Agrária.
Hoje viemos cantar no coração da cidade.
Para que ela ouça nossas canções e cante.
E reacenda nesta noite a estrela de cada um.
E ensine aos organizadores da morte
e ensine aos assalariados da morte
que um povo não se mata
como não se mata o mar
sonho não se mata
como não se mata o mar
a alegria não se mata
como não se mata o mar
a esperança não se mata
como não se mata o mar
e sua dança.*

Pedro Tierra



SUMÁRIO

	Páginas
1 - APRESENTAÇÃO	07
2 - INTRODUÇÃO	11
3 - TRABALHADORES (AS) RURAIS AMEAÇADOS (AS) DE MORTE	16
4 - ÁREAS EM CONFLITO ONDE PODEM AGRAVAR AS SITUAÇÕES DE AMEAÇAS E MORTES CASO NÃO SEJAM SOLUCIONADOS	46
5 - REFLEXÕES SOBRE OS CASOS DE AMEAÇAS	50
5.1 - Ameaças que se cumprem	50
6 - AS AMEAÇAS TÊM CAUSAS ESTRUTURAIS	52
6.1 - A concentração da terra	52
6.2 - Impunidade	54
6.3 - O desmonte da reforma agrária	55
6.4 - Meio ambiente desprotegido	56
6.5 - Patrimônio fundiário sem defesa e crimes sem punição	58
6.6 - Trabalhadores a mercê das ameaças	60
7 – RECOMENDAÇÕES	62
8 – ANEXOS.	66



LISTA DE SIGLAS

- BO** – Boletim de Ocorrência
- CNBB** – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CPT**– Comissão Pastoral da Terra
- DECAs** – Delegacias Especializadas de Conflitos Agrários
- FETAGRI** – Federação dos Trabalhadores na Agricultura
- FETRAF**– Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
- GAETE** – Grupo Interinstitucional de Enfretamento ao Trabalho Escravo
- IBAMA** – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- ITERPA** – Instituto de Terras do Pará
- MPF** – Ministério Público Federal
- PA** – Projeto de Assentamento
- SDH** – Secretaria Especial de Direitos Humanos
- SEMA** – Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará
- STTR** – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Pará
- SR-27** – Superintendência Regional do INCRA do Sul do Pará
- SUDAM** – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
- TRF1** – Tribunal Regional Federal da Primeira Região
- UHT** – Usina Hidrelétrica de Tucuruí



TABELA:

Tabela 01 - Brasil: Número de Estabelecimentos e Área - Total e por Grupos de Área – 1996 e 2006.



Comissão Pastoral da Terra - CPT

1 - APRESENTAÇÃO

“Eu vim para que todos tenham vida e a vida em abundancia” (João 10, 10).

O presente documento intitulado *Diagnostico sobre as situações de ameaças de morte contra trabalhadores e trabalhadoras rurais do sul e sudeste do Pará* é uma síntese de um levantamento realizado pelas equipes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do sul e sudeste do Pará [Xinguara, Alto Xingu, Tucuruí e Marabá]. O referido documento faz parte das atividades do Projeto “Diagnóstico e monitoramento da situação dos(as) trabalhadores(as) ameaçados(as) de morte nas regiões sul e sudeste do Pará, em decorrência dos conflitos agrários e ambientais”. Este projeto está sendo realizado com o apoio financeiro do Grupo Interinstitucional para Enfretamento ao Trabalho Escravo (GAETE) Pará, que articula diversas instituições públicas e da sociedade civil que atuam na defesa dos direitos dos trabalhadores(as) vítimas do trabalho escravo contemporâneo.

Este projeto foi concebido logo após o assassinato de José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva, lideranças e extrativistas do Projeto de Assentamento Praia Alta/Piranheira, em 24 de maio de 2011, em Nova Ipixuna(PA). Naquela ocasião, a CPT apresentou ao GAETE as suas preocupações quanto às ameaças de morte que diversos trabalhadores rurais e suas lideranças vinham recebendo em função de suas lutas pelo acesso à terra e em defesa da floresta, no sul e sudeste do Pará.

Nessa parte da Amazônia, diversas ameaças de morte feitas por grandes proprietários de terras, madeireiros e carvoeiros foram cumpridas porque a polícia, o Ministério Público e o Poder Judiciário não empenharam-se em apurar essas ameaças e não deram à devida proteção aos trabalhadores em situação de risco. Dentre eles, citamos os trabalhadores assassinados José Dutra da Costa, o Dezinho, Pedro Laurindo, José Pinheiro Lima, José Claudio Ribeiro da Silva e



Comissão Pastoral da Terra - CPT

Maria do Espírito Santo da Silva.¹ onde todos já tinham comunicado às autoridades que estavam sendo ameaçados de morte. Nesse sentido, um dos objetivos principais desse projeto em curso, é apoiar os trabalhadores rurais e suas lideranças ameaçadas de morte, em decorrência dos conflitos agrários e ambientais, para que consigam proteção frente às ameaças e riscos que vem sofrendo e assegurem, assim, suas integridades físicas e psicológicas. Para possibilitar um acompanhamento mais qualificado, diante dessa problemática, foi realizado esse levantamento que apresentamos nesse documento.

Vale considerar, que o trabalho da CPT, entidade ligada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em defesa da vida e dos direitos dos trabalhadores (as) rurais, vem se efetivando nas diversas regiões do estado do Pará. A CPT vem atuando no apoio, acompanhamento e assessoria aos trabalhadores rurais e seus movimentos que lutam pelo acesso a terra, em defesa da floresta e respeito aos direitos humanos e pela produção familiar ecologicamente sustentável. Tem atuado também, no enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo, prática criminosa de proprietários e empresas rurais que submete milhares de trabalhadores e trabalhadoras ao trabalho forçado e degradante.

Diante da gravidade da situação de violência, presente no campo paraense, contra trabalhadores rurais, agentes de pastorais e advogados, concretizadas em assassinatos ao longo de tantos anos, a CPT buscou realizar uma atuação direcionada, frente a essa problemática. Por esta razão, a CPT tem encaminhado, reiteradas vezes, diversas denúncias de violações dos direitos humanos a instituições e organismos nacionais e internacionais, acompanhando processos emblemáticos de lideranças assassinadas, culminando com o julgamento e condenação de alguns proprietários rurais. Trabalhou em parceria com outras entidades nacionais e internacionais dos direitos humanos e movimentos sociais. Apesar desses esforços, a violência persiste como um componente estrutural das

¹ CPT. *Assassinatos (pessoas que estavam ameaçadas de morte 2000-2011)*. Setor de Documentação, 30/05/2011.



Comissão Pastoral da Terra - CPT

relações sociais no campo, na dinâmica da luta pela terra e pelos recursos das florestas.

As informações aqui apresentadas são resultados do levantamento que as equipes da CPT do sul e sudeste do Pará conseguiram reunir a partir de seu trabalho junto aos trabalhadores rurais e suas lideranças ameaçadas de morte ou em situações de risco, de diversos acampamentos de famílias de sem terras e de Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária (PAs).

Para a realização desta pesquisa, a partir do conhecimento acumulado pela CPT, fruto do seu acompanhamento aos trabalhadores e lideranças ameaçados, foi elaborado e aplicado um questionário, durante os meses transcorridos entre Janeiro e Junho de 2012.

As entrevistas foram feitas durante as visitas aos acampamentos e Projetos de Assentamentos, buscando levantar informações sobre as áreas de conflitos, onde os trabalhadores e lideranças estavam envolvidos; as diversas reivindicações e demandas de denúncias e registro de ocorrências, encaminhadas às autoridades, visando apurar as ameaças de morte; e as situação atual da vida das pessoas ameaçadas.

Além das informações conseguidas por meio das entrevistas, as demais foram fruto de consultas nos arquivos dos escritórios da CPT. Documentos como, dossiês, notas, peças jurídicas e processuais, relatórios, bilhetes de trabalhadores rurais, cópias de boletins de ocorrências, matérias jornalísticas, entre outros, foram extremamente importantes na construção deste trabalho. Constam nesse levantamento, os dados quantitativos e qualitativos da situação dos trabalhadores e lideranças em situação de ameaças. Esses dados revelam uma parte da dura realidade das ameaças, sofridas pelos trabalhadores e na continuidade da implementação do Projeto e do acompanhamento dos ameaçados, essas informações vão sendo acrescentadas e complementadas.

A partir da percepção dos riscos à vida dos trabalhadores e lideranças que lutam pela reforma agrária, pudemos constatar o quão é grave a situação das ameaças, as quais somente podem ser interrompidas com uma efetiva atuação dos órgãos públicos apurando, investigando e punindo rigorosamente os responsáveis



Comissão Pastoral da Terra - CPT

pelos as ameaças e assassinatos de trabalhadores rurais; resolvendo os problemas agrários e ambientais geradores dos conflitos, e de imediato, dando proteção necessária às pessoas ameaçadas. Esperamos que o Estado brasileiro possa cumprir o seu papel atuando nas causas estruturais dos conflitos no campo, realizando uma reforma agrária ampla e efetiva acabando com a concentração da terra nas mãos de poucos e pondo fim à impunidade dos que praticam crimes contra a vida dos trabalhadores rurais.

Marabá, Agosto de 2012.



2 – INTRODUÇÃO

A partir do início da década de 70 do século XX, o governo civil-militar no Brasil, passou a afirmar que a Amazônia era “uma terra sem homens para homens sem terra”, ou seja, um grande espaço vazio que deveria ser ocupado por famílias de trabalhadores rurais empobrecidos de diversas regiões do país, principalmente do Nordeste, mas também por grupos econômicos do Centro-Sul, considerados os impulsionadores do “progresso” e do “desenvolvimento econômico”.²

No nível do discurso oficial os fluxos migratórios para essa parte do território brasileiro “esvaziaria” os conflitos sociais no Sul, no Sudeste e no Nordeste do Brasil,³ ao mesmo tempo em que criaria reservas de mão de obra, favoráveis à expansão dos projetos minero-metalúrgicos, industriais e, sobretudo, agropecuários na Amazônia. Como parte desse processo ocorreu à transferência de centenas de famílias de trabalhadores rurais para as áreas de colonização como aconteceu às margens da rodovia Transamazônica considerada, na época, pelo Governo Federal “como instrumento a serviço do progresso de todo o Brasil”.⁴ Contudo, a opção dos sucessivos governos militares foi pela expansão do fluxo de grupos econômicos sediados no Centro-Sul do país para essa parte do território nacional, que tão logo passaram a ter o controle de enormes extensões de terras, de grande parte dos recursos da floresta e de muitos homens empregados na derrubada da mata para fazer pastagens. Não só as terras, muito

² MEDICI, Emílio Garrastazu. Discurso do Presidente da República na Reunião Extraordinária da SUDAM (Manaus, 08/10/1970). *A Amazônia Brasileira em Foco*, nº5. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia, jan./jun., de 1971.

³ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Conflito e Mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993. 463 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993; HÉBETTE, Jean. *Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: ADUFPA, 2004 (Vol. I, II, III e IV); GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômades. As cidades na Amazônia*. In: *Projeto História: revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo: EDUC, 2003.

⁴ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - CNBB. *Pastoral da terra: posse e conflitos*. São Paulo: Edições Paulinas, 1976, p.91.



Comissão Pastoral da Terra - CPT

delas já ocupadas pelos povos indígenas ou por posseiros, foram entregues às diversas empresas do capital privado, mas créditos e incentivos fiscais destinados, principalmente, à criação de gado bovino.

Com a redemocratização do país, o Estado não deixou de ser o grande aliado dos grandes proprietários rurais. Além de não investir na realização da reforma agrária, preservou a política de incentivos fiscais, transferindo gratuitamente vultosos recursos públicos às empresas privadas na Amazônia. Dos 1.199 projetos aprovados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), para serem implantados no estado do Pará, entre 1975 e 1989, por exemplo, 638 eram destinados à criação de gado bovino,⁵ isto é, mais da metade dos projetos beneficiados com os recursos dos incentivos fiscais contemplaram, efetivamente, aqueles que concentraram terras e desmataram a floresta nativa para a criação bovina. Desse modo, a ocupação da Amazônia baseou-se na grande propriedade da terra, no desmatamento para a formação de pastos para a pecuária, no desrespeito aos direitos dos povos indígenas e dos trabalhadores rurais, sendo eles posseiros de longas datas ou assalariados no interior das fazendas.

No sentido de viabilizar essa expansão do capital na Amazônia os sucessivos governos criaram órgãos e programas, construíram rodovias, ferrovias e hidrelétricas ao mesmo tempo em que estruturaram os diversos aparelhos de poder com o objetivo de reprimir e controlar as lutas dos trabalhadores rurais, deixando os grandes proprietários livres para atuarem na contratação de pistoleiros e organizar as suas milícias privadas.

Assim, no curso da implementação e manutenção dos grandes projetos agropecuários, as empresas e proprietários rurais, com aquiescência e, às vezes com participação direta de órgãos e instituições do Estado, tem utilizado da violência contra os trabalhadores rurais como um dos principais métodos para garantir-lhes as grandes extensões de terras, poder e status político e social.

⁵ IDESP. Estatísticas Especiais: Produto Interno Bruto do Estado do Pará: 1975-1987. Belém: IDESP, 1990, p. 23.



Comissão Pastoral da Terra - CPT

Segundo as informações registradas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), desde a segunda metade da década de 1970, milhares de famílias de trabalhadores rurais tem sofrido algum tipo de violência por parte das empresas e proprietários rurais, muitas vezes com permissão ou participação de diversos órgãos públicos, caracterizadas em inúmeras ações de despejos, prisões, torturas, ameaças de morte e assassinatos. Só no estado do Pará, entre 1996 e 2010, segundo os dados da CPT, 799 trabalhadores rurais foram presos, 809 foram ameaçados de morte e 231 assassinados. Nesse mesmo período, um total de 31.519 famílias foram despejadas ou expulsas de 459 áreas que reivindicavam para assentamentos da reforma agrária.⁶ Em 2011, 39 trabalhadores rurais foram presos nesse estado, 133 foram agredidos, 78 foram ameaçados de morte e 06 sofreram tentativas de assassinatos. Nesse mesmo ano, 12 trabalhadores rurais foram assassinados, sendo que 10 destes moravam e desenvolviam as suas atividades agrícolas e sociais no sul e sudeste paraense⁷ dentre eles, o casal extrativista José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva, do Projeto de Assentamento Praia Alta/Piranhadeira, no município de Nova Ipixuna, que durante alguns anos foram ameaçados de morte.⁸ Na manhã do dia 24 de maio daquele ano, as promessas foram cumpridas.

Depois de tocados e assassinados os seus corpos foram arrastados e jogados à beira da estrada vicinal por onde passavam. Uma das orelhas de José Claudio Ribeiro foi cortada e levada pelos pistoleiros ao mandante do crime provavelmente como prova do serviço feito. Mas ali, às margens da estrada, os corpos ensanguentados e desfalecidos ficaram jogados durante várias horas até que a polícia viesse resgatá-los. Esses fatos não têm sido isolados no sul e sudeste do Pará. Diversas lideranças sindicais, religiosas e de movimentos sociais

⁶ CPT. *Conflitos no Campo Brasil*. Setor de Documentação. Goiânia, 1996-2010.

⁷ CPT. *Conflitos no Campo Brasil*. Setor de Documentação. Goiânia, 2011.

⁸ CNBB-N2. *Nota sobre assassinatos de José Claudio e Maria do Espírito Santo*, Belém (PA), 25/05/11; *O Liberal*. Disputa por lotes matou ambientalistas. Belém, 21/07/11, polícia, p.5; *O Liberal*. Polícia dá nome aos assassinos do casal. Belém, 20/07/2011, Cidades, p. 5; *O Liberal*. Polícia prende o 3º acusado pela morte de extrativistas. Belém, 23/09/2011, Cidades, p. 4



Comissão Pastoral da Terra - CPT

do campo depois de figurarem nas listas dos ameaçados de morte, acabam sendo assassinados sem que o Estado lhes dê alguma proteção de vida.

De um modo geral, a violência no campo está relacionada diretamente a falta de uma reforma Agrária séria e efetiva no país; à ausência de uma política eficaz no controle e repressão aos danos ambientais; e a permanência da impunidade dos crimes praticados contra agentes de pastorais, advogados, os trabalhadores rurais e suas lideranças. Nesta dinâmica no território amazônico, os braços da lei normalmente não alcançam os mandantes e executores desses crimes. Fortes são as relações que grandes proprietários e pistoleiros têm com políticos e membros dos órgãos do Estado, muito deles responsáveis pela administração da Justiça. Muitas mortes não são apuradas. Ameaças não são investigadas. Conflitos não são solucionados. A proteção aos ameaçados normalmente não são garantidas e a sonhada reforma agrária não sai do papel. Tudo isso facilita a ação criminosa de diversos proprietários rurais e de seus pistoleiros.

Hoje, no sul e sudeste do Pará, existem cerca de 130 fazendas ocupadas por, aproximadamente, 25 mil famílias de trabalhadores rurais sem terras, abrangendo uma área superior a um milhão de hectares. Estas famílias esperam, desde meado dos anos de 1990, para serem assentadas em lotes da reforma agrária. Nos últimos anos, milhares de migrantes continuam chegando à região em busca de trabalho e de melhores condições de vida, atraídos pelas propagandas governamentais e do setor de mineração. Na medida em que não conseguem, no seu conjunto, serem absorvidos pelo mercado de trabalho, estes são “empurrados” para novas ocupações urbanas ou rurais, submetidos a situações de grande exclusão e violência. Assim, na medida em que os conflitos socioambientais ou pela terra persistirem, a tendência é a continuidade da violência contra os trabalhadores rurais.

Neste contexto, onde os conflitos não são resolvidos pelos poderes públicos e a impunidade permanece, os trabalhadores rurais e lideranças de áreas de ocupações e de acampamentos, continuam vivendo em situação de vulnerabilidade e correndo sérios riscos. A qualquer momento podem ser



Comissão Pastoral da Terra - CPT

assassinados. Daí a importância da implementação deste projeto, que visa mobilizar todos os esforços para que as autoridades atuem, de forma efetiva, para coibir as ameaças e implementar medidas que enfrentem suas causas.



3 - TRABALHADORES (AS) RURAIS AMEAÇADOS (AS) DE MORTE

1
Nome: Laísa Santos Sampaio e José Maria Gomes Sampaio, o Zé Rondon.
Categoria: Extrativistas
Município: Nova Ipixuna (PA)
Organização: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Nova Ipixuna
Descrição do conflito: <p>Laísa Santos Sampaio e seu esposo, José Maria Gomes Sampaio, o Zé Rondon, estão sendo ameaçados de morte desde o assassinato dos extrativistas Maria do Espírito Santo da Silva e José Cláudio Ribeiro da Silva, em 24/05/2011, no Projeto de Assentamento Praia Alta/Piranheira, no município de Nova Ipixuna (PA). Essas ameaças de morte têm sido efetivadas por pessoas que provavelmente fizeram parte do consórcio dos proprietários de terras, madeireiros e carvoeiros que assassinaram o casal extrativistas como José Rodrigues Moreira, um dos acusados que se encontra preso, e os homens conhecidos por Gilsão e Gilvan, médios proprietários que concentram lotes de terra no referido Projeto de Assentamento. Além das notícias anônimas que correm publicamente, no dia 30/03/2012, uma pessoa não identificada disparou um tiro com arma de fogo em seu cachorro, na porta de sua casa, entendido como gesto ameaçador e intimidatório. Além disso, foram disparados tiros próximo de sua casa também como forma de ameaça.</p>
Iniciativas encaminhadas ao poder público e medidas adotadas ou não. <p>1 - Essas ameaças de morte foram registradas na Delegacia de Conflitos Agrários do Sudeste do Pará (DECA), no entanto, não temos informações da conclusão de nenhum dos procedimentos;</p> <p>2 - Foi realizada em 13 de fevereiro de 2012, audiência o Ministro da Secretaria-Geral da presidência, Gilberto Carvalho para pedir providências e proteção para o casal, mas, até o momento a situação não foi resolvida;</p> <p>3 - Foi realizada audiência no mês de abril e com o Secretário de Justiça do Estado do Pará, a secretária de Direitos Humanos e a Coordenação Estadual do Programa de Defensores para tratar do caso, no entanto, nenhuma proteção foi determinada para o casal.</p> <p>4 - Foi realizada audiência com o Comandante do Destacamento da Polícia Militar do sudeste do Estado para tratar do assunto, ficando combinado que se fosse conseguido veículo e combustível para o destacamento da PM em Nova Ipixuna, a polícia local daria apoio nas saídas e entradas do casal no assentamento, o que foi feito.</p> <p>5 - Logo após o assassinato de José Claudio Ribeiro da Silva e Maria do</p>



Comissão Pastoral da Terra - CPT

Espírito Santo da Silva, com a repercussão nacional e internacional que o caso tomou, o Governo Federal determinou que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) fizesse uma fiscalização rigorosa na área do Projeto de Assentamento Praia Alta/Piranheira. Diversos fornos destinados à fabricação de carvão da floresta nativa foram destruídos e as serrarias ilegais que funcionavam na sede do município foram fechadas. Com isso houve a paralisação do desmatamento da floresta no projeto de assentamento. O questionamento é se haverá continuidade dessas operações;

3 – O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por sua vez, fez um levantamento para identificar a compra ilegal de lotes no interior do assentamento e encontrou várias áreas de reconcentração de lotes, mas não os retomou. Nem mesmo os quatro lotes que José Rodrigues Moreira, um dos mandantes do assassinato do casal, havia comprado ilegalmente foram retomados pelo INCRA. Nenhuma política pública foi implantada dentro do assentamento para melhorar a infraestrutura e a qualidade de vida das famílias de trabalhadores rurais assentados. Nenhuma providência também foi tomada para incentivar o extrativismo e a preservação da floresta. Diante de tudo isso e à medida que as ameaças de morte não foram sendo apuradas, os produtores de carvão e os madeireiros foram retornando ao assentamento para continuar as suas ações ilícitas.

4 – A CPT, a FETAGRI, o STR e a Associação encaminharam farta documentação ao INCRA exigindo a retomada dos lotes comprados ilegalmente pelo mandante do assassinato do casal de extrativista mas o órgão não retomou ainda os lotes.

Situação da liderança ameaçada

Laísa Santos Sampaio esta abalada psicologicamente em razão do assassinado de sua irmã Maria do Espírito Santo da Silva e de seu cunhado José Claudio Ribeiro da Silva e, sobretudo, devido às constantes ameaças de morte que vem recebendo. Já não dorme tranquilamente e não pode sair de sua casa sem acompanhamento. Esses fatos mudou a rotina da família afetando diretamente a organização social da família, não só concernente à sua participação na comunidade local, mas a sua relação com os filhos e trato da lavoura e do extrativismo em seu lote.

2

Nome: Juvêncio Coelho da Luz

Categoria: Liderança

Município: São Felix do Xingu (PA)

Organização: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Felix do Xingu (STTR). Tesoureiro da Delegacia Sindical do Projeto de Assentamento



Comissão Pastoral da Terra - CPT

Sudoeste.

Descrição do conflito:

A região da Sudoeste é uma área de constante conflito, que envolve desde questões de trabalho escravo a reconcentração da terra. O Sr. Juvêncio é assentado pelo INCRA desde 2004, mas em 2011 recebeu uma proposta de compra da sua terra a qual recusou. Poucos dias depois enquanto estava em sua terra roçando o pasto recebeu um tiro de arma de fogo, calibre 32, mas não conseguiu identificar o autor do disparo. Muito doente procurou tratamento médico inclusive ainda continua com uma bala alojado em seu peito.

Iniciativas encaminhadas ao poder público e medidas adotadas ou não.

Juvêncio Coelho da Luz registrou o ocorrido na Delegacia de Polícia de São Felix do Xingu, mas nenhuma providencia foi tomada por parte da polícia.

Situação da liderança ameaçada

O Sr. Juvêncio Coelho da Luz mora atualmente na Vila do Projeto de Assentamento Sudoeste sem poder retornar ao seu lote por medo de ser assassinado. Depois de baleado, vem sendo avisado do risco que corre.

3

Nome: José Rodrigues de Souza

Categoria: Liderança

Município: São Felix do Xingu (PA)

Organização: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Felix do Xingu/Associação dos Assentados do Projeto de Assentamento São Francisco

Descrição do conflito:

O INCRA criou o Projeto de Assentamento denominado São Francisco, em 1994, dentro da área indígena Apyterewa e lá assentou 400 famílias. As ameaças que José Rodrigues de Souza vem sofrendo são decorrentes do processo de reconhecimento dessa área indígena, em 2006. A área do Projeto de Assentamento é apenas uma parte da terra indígena. As demais áreas são terras públicas griladas por grandes proprietários. Com a homologação da terra indígena as famílias de trabalhadores rurais assentadas aceitaram o seu remanejamento para outra área, mas os fazendeiros não aceitaram sair, pois querem ser indenizados pelo Governo Federal. Em função disso, as lideranças dos trabalhadores rurais vêm recebendo ameaças de morte por



Comissão Pastoral da Terra - CPT

parte desses fazendeiros que acreditam que a saída das famílias assentadas da área indígena fragilizaria a negociação que eles querem estabelecer com o Governo Federal. Em dezembro de 2011, algumas pessoas não identificadas atiraram na residência de José Rodrigues de Souza localizada dentro do Projeto de Assentamento. Diante desses fatos, José Rodrigues foi obrigado a abandonar o seu lote para se refugiar na cidade, mas continua recebendo graves ameaças de morte.

Iniciativas encaminhadas ao poder público e medidas adotadas ou não.

José Rodrigues de Souza registrou ocorrência na Delegacia de Polícia, em São Felix do Xingu; denunciou, por meio da CPT, o caso à Ouvidoria Agrária Nacional; e solicitou proteção à Força Nacional, mas até o momento as ameaças não foram apuradas, a situação dos assentados não foi resolvida e a proteção pessoal, por parte da Força Nacional, não foi efetivada.

Situação da liderança ameaçada

Aproximadamente 80 famílias do PA São Francisco estão acampadas, desde março de 2012 em frente da Fazenda Belauto aguardando o reassentamento pelo INCRA. Mas os trabalhos do INCRA, no processo de demarcação da área, foram interrompidos porque pessoas que não são clientes da reforma agrária invadiram a área impedindo que as famílias sejam reassentadas e as ameaças a José Rodrigues de Souza continuam de forma grave e se nada for feito ele poderá ser assassinado. Como José Rodrigues de Souza é uma liderança expressiva e vem lutando para que os trabalhadores rurais não sejam prejudicados em razão da morosidade do INCRA, as ameaças de morte por parte dos fazendeiros continuam de forma grave e se nada for feito pelas autoridades ele poderá ser assassinado.

4

Nome: Edvaldo Moura da Silva, “Pernambuco”

Categoria: Liderança

Município: Eldorado dos Carajás (PA)

Organização: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

Descrição do conflito:

Edvaldo Moura da Silva é coordenador, desde fevereiro de 2008, de um acampamento de 60 famílias de trabalhadores rurais sem terra denominado Jerusalém, localizado nas proximidades da Fazenda Iraque, de propriedade



Comissão Pastoral da Terra - CPT

do fazendeiro conhecido por Aurélio Anastácio. São terras públicas federais e na propriedade já foi flagrado a prática de trabalho escravo. Por duas vezes uma pessoa não identificada ligou para o escritório da CPT de Marabá, perguntando se a entidade apoiava o acampamento de Pernambuco e que iriam matá-lo e queimá-lo devido ele ser o líder da ocupação do complexo de fazendas Iraque. Os imóveis não foram ainda retomados pelo INCRA para o assentamento das famílias.

Iniciativas encaminhadas ao poder público e medidas adotadas ou não.

O programa Terra Legal negou o pedido de regularização dos imóveis em nome dos filhos do fazendeiro Aurélio, mas, o INCRA não ingressou ainda com o processo de retomada do imóvel perante a Justiça Federal.

A Vara Agrária negou o pedido de liminar para despejar as famílias do local e, em duas das quatro propriedades do complexo Iraque já sentenciou negando a posse ao fazendeiro;

A CPT oficiou à DECA de Marabá sobre as ligações anônimas mas não foi informada sobre nenhum procedimento adotado. Pernambuco registrou ocorrência na mesma delegacia em razão das ameaças e também não se sabe se houve alguma investigação.

Situação da liderança ameaçada:

Vive com a família em situação de medo, continua recebendo ameaças, já foi seguido na estrada que leva ao acampamento por duas vezes, recebe muitos recados ameaçadores; a situação é grave, ele não possui nenhuma ação de proteção por parte do estado.

5

Nome: Djesus Martins Araújo

Categoria: Liderança

Município: Eldorado do Carajás (PA)

Organização: Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Descrição do conflito:

Djesus Martins Araújo coordena um grupo de 15 famílias que lutam para serem assentados em lotes de reconcentração dentro do Projeto de Assentamento Sapucaia no Município de Eldorado dos Carajás. A situação ainda é tensa devido as ofensivas do suposto proprietário dos lotes. Em 2011 pessoas desconhecidas andaram rondando a área onde as famílias estão



Comissão Pastoral da Terra - CPT

acampadas. Um trabalhador do acampamento foi assassinado e a polícia de Eldorado até agora não esclareceu a motivação do crime.

Iniciativas encaminhadas ao poder público e medidas adotadas ou não.

O INCRA já tem conhecimento da situação tendo feito inclusive o levantamento dos lotes reconcentrados, no entanto, não resolveu ainda a situação. A DECA e a Delegacia de Polícia Civil de Eldorado não esclareceu o homicídio de um acampado ocorrido em 2011 na estrada que dá acesso ao acampamento.

Situação da liderança ameaçada

Djesus, durante o ano de 2011 teve que adotar algumas medidas no sentido de não sair sozinho do acampamento e nem circular na área sem estar acompanhado de outros trabalhadores. Em 2012 não houve registro de outros fatos ameaçadores.

6

Nome: Antonio Marcos Gonçalves Barbosa, “Negão”

Categoria: Lideranças

Município: Abel Figueiredo (PA)

Organização: Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Descrição do conflito

Antonio Marcos Gonçalves Barbosa é um dos coordenadores do Acampamento Paz Com Cristo/Fazenda Caracol, no Município Abel Figueiredo. O acampamento reúne cerca de 150 famílias de já existe há um ano e meio. As famílias estão acampadas na margem da propriedade. A fazenda Caracol foi formada a partir de um título falso (grilagem), situação já confirmada pelo ITERPA. Pistoleiros já rondaram por várias vezes o acampamento. A Polícia Civil de Abel Figueiredo efetuou a prisão de três pistoleiros no local portando armas de fogo. Foram autuados, mas, liberados posteriormente. Negão, como é conhecido, é uma das principais lideranças do acampamento e por isso é muito visado. Ele tem recebido vários recados de ameaças.



Comissão Pastoral da Terra - CPT

Iniciativas encaminhadas ao poder público e medidas adotadas ou não.

Por duas vezes, o trabalhador já registrou ocorrência perante a DECA de Marabá, no entanto, não se tem notícias da conclusão de nenhum procedimento investigatório.

A Vara Agrária de Marabá deferiu liminar autorizando o despejo das famílias mas a ação não aconteceu ainda.

O INCRA se comprometeu a ingressar com pedido de retomada do imóvel perante a Justiça Federal.

Situação da liderança ameaçada

As ameaças recebidas pelo trabalhador Marcos são graves. Ele vive atualmente da renda obtida com o trabalho na roça nas proximidades do acampamento. Em razão das ameaças, evita ir à cidade, quando vai trabalhar em sua roça tem que ser acompanhado por outros trabalhadores. Viaja sempre acompanhado com outros companheiros.

7

Nome: Antonio Monteiro do Nascimento, conhecido como “Totó”

Categoria: Liderança

Município: Bom Jesus do Tocantins (PA)

Organização: Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Descrição do conflito:

Antonio Monteiro do Nascimento é a principal liderança do STR de Bom Jesus do Tocantins, que apoia abertamente a luta pela reforma agrária no município. Ele vem acompanhando três ocupações no município (Fazendas: Gaúcha, Aras Santo Elias e Bacuri.) Em razão desse seu trabalho já recebeu várias ameaças de morte nos últimos anos. A situação mais tensa atualmente é a da Fazenda Gaúcha, um imóvel de 17 mil hectares que foi originado de um título falso. Mais de 200 famílias ocuparam o imóvel e aguardam a liberação da área para serem assentadas.

Iniciativas encaminhadas ao poder público e medidas adotadas ou não.

Antonio Monteiro do Nascimento registrou Boletim de Ocorrência na Delegacia de Polícia Civil de Bom Jesus do Tocantins sobre as ameaças recebidas. Não há informações sobre o resultado da ocorrência.

O INCRA e o MPF ingressaram com recurso perante a Justiça Federal para a arrecadação da Faz. Gaúcha e Aras Santo Elias, mas não houve ainda decisão



Comissão Pastoral da Terra - CPT

de primeiro grau.

A Vara Agrária negou liminar de despejo para essas áreas.

Situação da liderança ameaçada.

Atualmente não tem recebido ameaças diretas, mas se sente inseguro devido a abrangência dos conflitos que acompanha. A demora na solução dos conflitos nas áreas ocupadas no município pode agravar a situação.

8

Nome: Marcos Gomes, Cleude Conceição e Outros.

Categoria: lideranças

Município: Itupiranga (PA)

Organização: Coordenação do acampamento

Descrição do conflito:

Coordenam um grupo de 60 famílias que ocupavam as fazendas Bandeirantes e Potiguar. São terras públicas federais que estão em processo de arrecadação pelo INCRA. A Justiça Federal de Marabá determinou que o INCRA pagasse as benfeitorias que os fazendeiros ocupantes implantaram na área. O INCRA recorreu da decisão e aguarda decisão dos tribunais superiores. Pistoleiros a mando dos fazendeiros queimaram vários barracos dos trabalhadores. Enquanto não há definição sobre o pagamento de benfeitorias a Justiça Federal determinou o despejo das famílias do imóvel. Em 29 de Janeiro de 2011 a principal liderança do acampamento, Pedro Sacaca, foi assassinada por pistoleiros. O fazendeiro José Ricardo foi indiciado como mandante do crime. Marcos Gomes e Cleude Conceição correm risco por terem assumido a coordenação do acampamento.

Iniciativas encaminhadas ao poder público e medidas adotadas ou não.

- Foram registradas ocorrências na DECA de Marabá sobre as ameaças e a ação dos pistoleiros mas não há informações se houve investigação.
- O INCRA ingressou com recursos perante o TRF1 contra a decisão a justiça federal de Marabá que determinou o pagamento das benfeitorias aos fazendeiros ocupantes.



Situação da liderança ameaçada.

Após o despejo as famílias montaram acampamento nas proximidades do imóvel. Os fazendeiros voltaram a ocupar os imóveis se utilizando de pistoleiros. A situação é tensa e novos conflitos podem surgir a qualquer momento.

9

Nome: Jose Carlos Viana Brito, “Zé Carlos”

Categoria: Liderança

Município: Povoado Brejo do Meio, município de Marabá (PA)

Organização: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST)

Descrição do conflito:

Jose Carlos Viana Brito é coordenador do Acampamento Darcy Ribeiro, formado 60 famílias de trabalhadores rurais sem terras, dentro de uma área de reconcentração de terras públicas, no Projeto de Assentamento Cinzeiro, município de Marabá. As famílias são ligadas ao MST. Fazendeiros que concentram as terras no assentamento ameaçaram expulsar as famílias do local e ameaçaram de morte Zé Carlos. De acordo com informações prestadas por José Carlos, há pistoleiros transitando frequentemente na área. O INCRA não retomou ainda os lotes reconcentrados para assentar as famílias.

Iniciativas encaminhadas ao poder público e medidas adotadas ou não.

A denuncia foi encaminhada para a DECA informando do conflito. Não há informações sobre as investigações.

O INCRA ingressou com processo perante a Vara Federal de Marabá com pedido de retomada.

Situação da liderança ameaçada.

Situação de risco. No mês de abril de 2012, José Carlos teve que permanecer vários dias sem poder sair do acampamento em razão das ameaças.



10

Nome: Antonio Lopes “Toninho”

Categoria: Liderança

Município: Marabá

Organização: Movimento Sem Terra

Descrição do Conflito:

Faz parte da coordenação do acampamento Dina Texeira/ Faz Cedro onde recentemente houve o baleamento de 12 trabalhadores (as) pela Escolta Armada Atalaia que continua atuando na área o que coloca a vida das famílias e das lideranças em risco. Antonio é conhecido pelos fazendeiros como sendo uma das principais lideranças da área o que expõe e coloca sua vida em situação de ameaça. A Fazenda Cedro foi adquirida pelo grupo Santa Bárbara, do banqueiro Daniel Dantas. Está em processo de negociação com o INCRA para uma possível desapropriação. O acampamento Dina Teixeira já dura três anos.

Iniciativas encaminhadas ao poder público e medidas adotadas ou não.

- O TJPA deferiu liminar de reintegração de posse em favor do grupo Santa Bárbara, mas, o cumprimento da liminar está suspenso em razão das negociações com o INCRA.
- Não há registro de ocorrência na DECA sobre ameaças.

Situação da liderança ameaçada.

Se sente desprotegido e tem a rotina totalmente alterada em função da insegurança que está instalada na área. A situação no acampamento de instabilidade podendo ocorrer novos conflitos caso não seja resolvido o problema da desapropriação do imóvel.

11

Nome: Valdemar Pedro dos Santos “Baiano Cabeça Branca”

Categoria: Liderança

Município: Curionópolis

Organização: Movimento Sem Terra

Descrição do Conflito:

Valdemar é uma das lideranças do Acampamento Frei Henri/Fazendinha. Esse acampamento teve início no dia 08 de agosto de 2010 e, atualmente, na área vivem cerca 255 famílias.

A região onde fica localizada o acampamento tem forte histórico de violações dos direitos humanos tanto no que diz respeito aos direitos dos garimpeiros de Serra Pelada, como da luta contra a impunidade, especialmente, no caso dos assassinatos das lideranças do MST na região Onalício Barros e Valentim Serra. Além de ser uma liderança em um contexto onde atuação política pode significar



Comissão Pastoral da Terra - CPT

a própria morte, essa liderança vem sofrendo ameaças de pessoas infiltradas no acampamento afim de repassar informações do cotidiano das famílias aos fazendeiros na região com o objetivo de desarticular da luta ali desenvolvidas. As ameaças são constantes. A Fazendinha é composta de terra pública federal e seus supostos proprietários não tem autorização do INCRA para ocupá-la.

Iniciativas encaminhadas ao poder público e medidas adotadas ou não.

- Há liminar deferida contra o acampamento autorizando e despejo das famílias.
- Não há informações sobre registro de ocorrência perante a DECA.
- O INCRA não encaminhou ainda o processo de retomada da terra pública.

Situação da liderança ameaçada.

Se sente inseguro e tem sua rotina fortemente impactada a fim de garantir sua integridade. A situação é tensa na área e, caso ocorra despejo das famílias pode agravar ainda mais.

12

Nome: Moisés Jorge Costa da Silva

Categoria: Liderança

Município: Eldorado do Carajás

Organização: Movimento Sem Terra

Descrição do Conflito:

È uma das lideranças do Acampamento Dalcídio Jurandir/ Faz Maria Bonita. O acampamento foi organizado em 25 Julho de 2008. A Fazenda é de propriedade da Agropecuária Santa Bárbara. Essa liderança tem sofrido forte perseguição, no que diz respeito às ameaças e a criminalização por parte da polícia civil. Recebe ligações frequentes a ponto de ter que trocar número de celular, muitos recados que dizem “ que pode chegar a ter a terra mas não viverá nela”. Outro dado relevante é que na referida fazenda existe também a chamada escolta armada que já se envolveu em diversos baleamento de trabalhadores nessa e em outras fazendas. Os trabalhadores relatam que os seguranças seguem os trabalhadores na estrada e quando são identificados como integrantes do MST, são revistados e ameaçados.

Iniciativas encaminhadas ao poder público e medidas adotadas ou não.

- A ações violentas praticadas pelos seguranças da fazenda já foram denunciadas à DECA, Polícia Federal e Ouvidoria Agrária Nacional.



Situação da liderança ameaçada.

Sentimento de forte insegurança, já mudou de número de telefone, horários de transito com receio que as ameaças sejam concretizadas. A situação de risco permanente e a demora do INCRA na busca de uma solução para o conflito pode agravar inda mais a situação.

13

Nome: Charles Trocate

Categoria: Liderança

Município: Marabá

Organização: Movimento Sem Terra

Descrição do Conflito:

Charles é uma das principais lideranças do MST no Estado do Pará. Tem atuado na coordenação e articulação do MST na região desde a sua fundação na década de 90. Tem participado de todas as ações do movimento na organização de acampamentos, ações de pressão contra o poder público e empresas privadas. Já enfrentou várias situações de ameaças e sofre um processo de criminalização forte em razão de sua atuação.

Iniciativas encaminhadas ao poder público e medidas adotadas ou não.

- A situação de vulnerabilidade dessa liderança é de conhecimento público, tendo a imprensa local e regional já noticiado várias vezes sua situação.

Situação da liderança ameaçada.

- Vive em situação de risco. Tem reduzido suas atividades à frente das ações de massa do MST em razão das ameaças e do processo de criminalização que enfrenta.

14

Nome: Osmar Cruz Lima e Eduardo Rodrigues da Silva

Categoria: Lideranças

Município: Nova Ipixuna(PA)

Organização: Associação do Projeto De Assentamento Praia Alta/Piranheira e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Nova Ipixuna.

Descrição do conflito:

O caso desses trabalhadores rurais se insere na conjuntura de violência e



Comissão Pastoral da Terra - CPT

de insegurança que se instaurou no Projeto de Assentamento logo após o assassinato do casal de extrativista José Claudio e Maria do Espírito Santo. Com o desenvolvimento de ações de fiscalização da exploração madeireira, produção de carvão, investigação do duplo assassinato e diagnóstico dos lotes ocupados, essas lideranças passaram a ser intimidados e ameaçados de morte por pessoas envolvidas nessas situações.

Iniciativas encaminhadas ao poder público e medidas adotadas ou não.

A DECA foi informada sobre as ameaças a essas duas lideranças. Não há informações sobre as investigações.

O INCRA realizou um levantamento da situação de reconcentração dos lotes no assentamento mas não concretizou a retomada.

O IBAMA desencadeou uma operação de fiscalização que resultou na destruição dos fornos de fabricação ilegal de carvão no assentamento e fechamento das serrarias na cidade de Nova Ipixuna. Não há informações sobre a continuidade dessa operação.

Situação da liderança ameaçada

Na medida em que o INCRA e o IBAMA não dão seguimento às ações iniciadas, os madeireiros, carvoeiros e fazendeiros vão retomando suas ações no interior do Assentamento, colocando em risco as lideranças locais.

As ameaças tem impedido o trabalho normal das lideranças do STR e da Associação dentro de assentamento.

15

Nome: Zudemir Santos Jesus, “Nicinha”

Categoria: Liderança

Município: Rondon do Pará (PA)

Organização: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará

Descrição do conflito:

Zudemir faz parte da diretoria do STR de Rondon do Pará. A luta deste sindicato tem se destacado na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais de Rondon. Em contrapartida tem enfrentado uma violência dos fazendeiros, grileiros e madeireiros que concentram as terras do município, dominam a economia e a política local. Vários trabalhadores rurais e lideranças do STR já foram assassinadas nas últimas décadas, entre eles Alfim Alves, José Dutra da Costa e Ribamar Francisco. A organização das famílias sem terra no município resultou na criação de 9 assentamentos e na organização de 4



Comissão Pastoral da Terra - CPT

acampamentos. Esse avanço tem provocado uma ofensiva do setor ruralista e madeiro contra a atuação do STR através de ameaças constantes às suas principais lideranças. Zuldemir recebeu proteção da Força Nacional no período de outubro de 2011 a maio de 2012. No momento continua sendo monitorada, à distância, pela SDH. Apesar de não estar com segurança armada ela, bem como, outras lideranças se encontram em situação de risco.

Iniciativas encaminhadas ao poder público e medidas adotadas ou não.

Zuldemir recebeu proteção da Força nacional por 6 meses, encerrando em maio de 2012.

A SDH/Programa Estadual de Proteção a Defensores de Direitos Humanos tem sido informados permanentemente sobre a situação da liderança.

Situação da liderança ameaçada

Após a retirada da segurança ostensiva, a liderança deixou de acompanhar regularmente as atividades do STR por se sentir insegura. Sua situação ainda é de risco.

16

Nome: Maria Joel Dias Costa

Categoria: Liderança

Município: Rondon do Pará

Organização: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais/ coordenadora regional da FETAGRI

Descrição do conflito:

Maria Joel é viúva do sindicalista José Dutra da Costa, o Dezinho, assassinado em Rondon do Pará em 21 de novembro de 2000, a mando dos fazendeiros Décio José Barroso Nunes e Lourival de Sousa Costa. Após a morte de Dezinho, Maria Joel assumiu a direção do STTR de Rondon em substituição a seu marido. Continuou apoiando a luta das famílias sem terra pela desapropriação dos latifúndios improdutivos e a arrecadação das terras griladas no município. Assumiu também a luta pela apuração do assassinato do seu esposo, Dezinho, e de outros trabalhadores assassinados no município em razão da luta pela terra. Passou então a receber ameaças de morte do mesmo grupo que mandou assassinar Dezinho. Em razão da gravidade das ameaças, foi inserida no Programa de Defensores de Direitos Humanos há 6 anos e passou a ter proteção ostensiva 24 hs.



Iniciativas encaminhadas ao poder público e medidas adotadas ou não.

O Programa de Defensores de Direitos Humanos tem garantido sua proteção permanente.

As ameaças que tem recebido têm sido encaminhadas para a Secretaria de Segurança Pública do Estado e já resultaram na abertura alguns inquéritos policiais.

A morosidade da justiça do Pará em julgar os mandantes do crime motivou o ingresso perante a OEA de um processo contra o Estado brasileiro.

O pistoleiro que assassinou Dezinho foi condenado mas teve sua fuga facilitada pela justiça.

Situação da liderança ameaçada

Maria Joel assumiu a coordenação da FETAGRI regional de Marabá, há três anos. Continua residindo no município mas diminuiu suas atividades no STR local. Sua família vive uma situação de instabilidade social e emocional em razão do assassinato de Dezinho e das ameaças a Maria Joel.

17

Nome: Regina Maria Gonçalves Chaves

Categoria: Liderança

Município: Eldorado do Carajás

Organização: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

Descrição do conflito:

Regina é presidente do STR do município de Eldorado do Carajás, cidade conhecida por ter sido palco do Massacre de Eldorado do Carajás no ano de 1996. O STR tem dado apoio à luta dos trabalhadores sem terra pelo acesso à terra no município, em razão desse trabalho, tem sofrido muitas pressões por parte de fazendeiros na região. No dia 15 de junho de 2012 um grupo de fazendeiros invadiu a sede do Sindicato e ameaçou diretamente a presidente do STR devido seu trabalho de apoio aos sem terra. Os fazendeiros deixaram um recado: estariam com grupos armados a espera de qualquer tentativa de ocupação por parte dos movimentos sociais. O fato foi levado ao conhecimento da polícia mas não há informações sobre o caminho das investigações. Pessoas estranhas foram vistas rondando a sede do sindicato e a procura de Regina na casa de seus familiares.

Iniciativas encaminhadas ao poder público e medidas adotadas ou não.

Foi feita ocorrência na DECA de Marabá e na Delegacia de Polícia Civil de



Eldorado.

Situação da liderança ameaçada

Devido às ameaças Regina tem deixado de acompanhar algumas atividades do STR e não tem mais saído desacompanhada.

18

Nome: José Soares de Brito

Categoria: Liderança (Coordenador Regional da FETRAF)

Município: Rondon do Pará (PA)

Organização: Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF)

Descrição do conflito:

Brito é uma liderança muito conhecida na região de Rondon por seu trabalho de apoio às famílias sem terra. Foi companheiro de José Dutra da Costa, o Dezinho, na direção do STR de Rondon. Nesse período teve sua casa incendiada, supostamente, por pistoleiros a mando de fazendeiros e sofreu uma tentativa de sequestros. Todos esses fatos foram registrados na Delegacia local e denunciados dos meios de comunicação. Os dois fatos criminosos não foram investigados. Coordena atualmente o SINTRAF na região de Rondon e acompanha várias ocupações de latifúndios por famílias sem terra. Devido à constantes ameaças que vem recebendo e à sua situação de risco recebeu proteção ostensiva da Força Nacional de outubro de 2011 a maio de 2012.

Iniciativas encaminhadas ao poder público e medidas adotadas ou não.

De outubro de 2011 a maio de 2012 teve proteção da Força Nacional. Todas as ameaças tem sido registradas na DECA de Marabá. A Ouvidoria Agrária Nacional tem sido informada regularmente. Inúmeras audiências tem sido realizadas com INCRA e o ITERPA.

Situação da liderança ameaçada

Está sendo acompanhada pelo Programa de Defensores de Direitos Humanos com medidas de monitoramento a situação de risco. Tem tido limites de acompanhar as atividades com os acampados e assentados ligados ao seu sindicato.



19

Nome: Cordiolino José de Andrade

Categoria: Liderança

Município: Rondon do Pará

Organização: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF.

Descrição do conflito:

Cordiolino é ligado ao STR de Rondon e fez parte da diretoria do Sindicato no último mandato. Coordenava os acampamentos de famílias sem terra vinculadas ao STR. Foi assentado no Projeto de Assentamento Campos Dourado mas teve seu lote invadido pelo fazendeiro confrontante no ano de 2008, o qual destruiu sua casa e suas plantações. Com apoio dos assentados, Cordiolino retornou para o lote, mas em 2009 o fazendeiro ingressou com uma ação possessória na Comarca de Rondon e conseguiu despejá-lo do lote através de uma medida liminar. Em função das pressões feitas pelo STR o ITERPA esteve na área, refez a demarcação e devolveu o lote para Cordiolino. O fazendeiro passou a ameaçá-lo de morte caso retorne para seu lote. O fato foi comunicado à Delegacia de Polícia Civil de Rondon.

Iniciativas encaminhadas ao poder público e medidas adotadas ou não.

Audiência com o ITERPA para solucionar o problema.
O ITERPA fez a demarcação do lote e reconheceu a legitimidade da ocupação por parte de Cordiolino.
Foi registrada a ocorrência da ameaça na Delegacia de Polícia Civil de Rondon.

Situação da liderança ameaçada

Sua volta para o lote sem o apoio do poder público agravará sua situação de risco. Há 3 anos que está fora do seu lote sem poder trabalhar e produzir.

20

Nome: Roquevam Alves Silva

Categoria: Liderança

Município: Tucuruí (PA)

Organização: Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB)

Descrição do conflito

Roquevam Alves Silva é conhecido na região de Tucuruí por seu trabalho na



Comissão Pastoral da Terra - CPT

defesa dos direitos dos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí e do meio ambiente (denúncias de extração e venda ilegal de madeira), bem como, apoia a luta por moradia (famílias das ocupações urbanas). As ameaças de morte sofridas por Roquevam têm sido especificamente devido a denúncias feitas contra madeireiros de Tucuruí que extraem e vendem ilegalmente madeira nas ilhas do Lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) e nas áreas de terra firme no entorno. Após as denúncias dessa liderança, madeireiros tiveram madeiras, balsas e equipamentos apreendidos pela SEMA e foram intimados pela Delegacia de Polícia Civil de Tucuruí.

Iniciativas encaminhadas ao poder público e medidas adotadas ou não.

-Registrou Boletim de Ocorrência na Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará e até o momento não tem informação de nenhuma providência sendo tomada.

Situação da liderança ameaçada

Roquevam é ameaçado desde 1991. Além das ameaças essa liderança sofre com fortes ações de criminalização. Já sofreu prisão arbitrária, calúnia, tentativa de homicídio, abuso de autoridade, danos de patrimônio (já teve a sua casa queimada por duas vezes).

Vive em constante clima de tensão e insegurança, perda da liberdade, se sente inseguro, achando que a qualquer hora pode ser assassinado.

21

Nome: Raimundo Pereira Silva (Ceará)

Categoria: Trabalhador Rural

Município: Pacajá (PA)

Organização: Associação do Projeto de Assentamento Rio Bandeira, Município de Pacajá, ligada à Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar (FETRAF).

Descrição do conflito

Raimundo Pereira Silva está sendo ameaçado de morte desde o ano de 2010, por não aceitar a extração e a venda ilegal de madeira em seu lote e por denunciar a direção da Associação do Assentamento Rio Bandeira à Polícia Federal de Marabá. Na área há registros de assassinatos por conta dessa prática, como foi o caso do assentado Ademar Pereira Silva, morto no dia 10 de novembro de 2010. As ameaças que vem recebendo são feitas como forma de intimidar e pressionar as famílias para que elas abandonem os seus lotes. Quando o lote é abandonado, a madeira é vendida e em seguida o lote. Quando há resistência para não sair são



ameaçados e/ou assassinados.

Iniciativas encaminhadas ao poder público e medidas adotadas ou não.

O Sr. Raimundo Pereira Silva não fez ainda boletim de ocorrência porque diz não acreditar nas autoridades policiais locais. Ele registrou um BO na Polícia Federal de Marabá, mas até o momento nenhuma providência foi tomada para apurar as denúncias.

Situação da liderança ameaçada

Raimundo Pereira Silva não conta com nenhuma proteção e vive com muito medo, pois acredita que pode ser assassinado a qualquer momento, a exemplo do que já aconteceu com o Ademar Pereira da Silva, João da Pedra e Hermes Freire.

22

Nome: Abraão Lincon Nascimento da Fonseca

Categoria: Trabalhador Rural

Município: Goianésia do Pará (PA)

Organização: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Goianésia do Pará

Descrição do conflito

Abraão Lincon Nascimento da Fonseca é da coordenação do Acampamento São Sebastião localizado na Fazenda Baronesa. As ameaças começam em 2010 quando impediu que as famílias abandonassem o acampamento e a partir de então, o gerente da fazenda passou a ameaçá-lo de morte.

Iniciativas encaminhadas ao poder público e medidas adotadas ou não.

As ameaças de morte foram registradas em Boletim de Ocorrência na Delegacia de Polícia Civil de Goianésia do Pará. O Termo foi encaminhado ao Fórum, mas, não ocorreu ainda a audiência.

O INCRA já vistoriou a área total do imóvel, mas constatou que somente uma parte do imóvel possui Título. Esta parte do imóvel o INCRA desapropriou, criou Assentamento e assentou 76 (setenta e seis) famílias. A outra parte do imóvel, com capacidade para assentar mais 115 (cento e quinze) famílias é área pública da União e está com processo tramitando na Justiça.

No dia 17/04/2012, um grupo de pistoleiros esteve próximo do acampamento e



Comissão Pastoral da Terra - CPT

disparou vários tiros na direção das famílias acampadas. Ninguém foi atingido, mas homens, mulheres e crianças estão amedrontados por essas ações de violência. A Delegacia de Conflitos Agrários (DECA), de Marabá foi informada, mas até agora nenhuma providência foi tomada para apurar o fato e prender os pistoleiros que continuam na área ameaçando as famílias.

Situação da liderança ameaçada

Abraão Lincon Nascimento da Fonseca foi obrigado a mudar, desde 2010, a sua rotina de vida, limitando-se à sua casa, ao acampamento ou à igreja. Não tem mais liberdade de andar na rua. Fica mais só em casa. À noite alguém tem que vigiar a sua casa.

23

Nome: Graciete Souza Machado

Categoria: Trabalhadora Rural

Município: Breu Branco (PA)

Organização: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Breu Branco

Descrição do conflito

No ano de 2010, um grupo de 1.500 famílias de trabalhadores rurais, coordenado por Francisco Alves de Macedo ocupou a fazenda Castanheira que fica próxima da cidade de Breu Branco. Graciete Souza Machado, filha de Francisco Macedo passou a assumir a luta juntamente com seu pai. As ameaças de morte que o Sr. Francisco passou a receber pelos supostos proprietários da fazenda foram também direcionadas a Graciete Machado e concretizadas no 11/10/2010 quando pistoleiros tentaram assassinar Graciete e o Sr. Francisco. Ela foi atingida por um dos projéteis, que ainda está alojado à dois centímetros de sua coluna vertebral. No dia 03/03/2011 os pistoleiros assassinaram o Sr. Francisco Alves. Os mandantes estão presos, mas alguns pistoleiros continuam soltos e fazendo ameaças.

Iniciativas encaminhadas ao poder público e medidas adotadas ou não.

O Sr. Francisco Alves de Macedo e Graciete Souza Machado registraram Boletim de Ocorrência na Delegacia de Polícia, de Breu Branco, e na Delegacia de Conflitos Agrário (DECA), em Marabá, mas nenhuma providência foi tomada para proteger as suas vidas ou para apurar as ameaças de morte que vinham recebendo.



Situação da liderança ameaçada

Graciete Souza Machado está com uma bala alojada há dois centímetros de sua coluna vertebral e continua sofrendo ameaças dos pistoleiros envolvidos diretamente nas ameaças e no assassinato de seu pai, que continuam soltos. Diz ela: “*eu sou ameaçada de morte desde o ano de 2010. Não temos liberdade para sair de casa com nossas crianças. Vivemos totalmente inseguros e com muito medo, pois a qualquer momento, como aconteceu com o meu pai, pode acontecer comigo. Eu tenho muito medo. Nós só queremos viver em paz. Se pudessem ajudar com o meu tratamento médico já seria muito bom*”. A situação é grave.

24

Nome: Domingos Alves da Silva

Categoria: Liderança

Município: Breu Branco (PA)

Organização: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Breu Branco e Associação do Acampamento Perpétuo Socorro

Descrição do conflito:

No final de 2008, um grupo de 48 famílias de trabalhadores rurais sem terras, lideradas por Domingos Alves da Silva e Manoel Francisco ocuparam as fazendas Bela Vista, Esperança e Estrela Cadente (todas áreas públicas) e lá organizaram o Acampamento Perpétuo Socorro. No mês de fevereiro de 2009, por volta das 5 horas da manhã, um grupo de pistoleiros atacaram o acampamento e Manoel Francisco foi assassinado. No mês de outubro do mesmo ano o jovem Joel também foi assassinado. Os dois crimes continuam impunes. Domingos Alves da Silva juntamente com as famílias acampadas, desde então vêm recebendo ameaças de morte. Domingos já recebeu várias ligações telefônicas clandestinas de ameaças de morte, inclusive dizendo que a sua cabeça já está contrata por R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Iniciativas encaminhadas ao poder público e medidas adotadas ou não.

- Nunca foram feitas ocorrências dessas ameaças porque as autoridades locais se negam em fazer o registro.
- As ameaças de morte e os assassinatos continuam sem apuração.
- Domingos Alves da Silva esteve incluído no Programa Estadual de Defensores de Direitos Humanos.
- A fazenda Bela Vista foi dividida ao meio [50% para o fazendeiro e 50% para 18 famílias] num processo de negociação liderada pelo INCRA, por meio do Programa Terra Legal. No mês de maio de 2012, o INCRA demarcou os 18 lotes



e os entregou às 18 famílias dos trabalhadores rurais.

Situação da liderança ameaçada

Há quatro anos que Domingos Alves da Silva vem sendo ameaçado de morte, algo que tem tirado a sua privacidade, restringindo o seu trabalho e limitando a sua liberdade. Embora recebendo proteção do Programa Estadual de Defensores de Direitos Humanos tem medo de ser assassinado.

25

Nome: João Ferreira da Silva

Categoria: Trabalhador Rural

Município: Breu Branco (PA)

Organização: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Breu Banco e Associação do Acampamento Perpétuo Socorro.

Descrição do conflito:

João Ferreira da Silva, juntamente com a família (esposa e seis filhos) vem sendo ameaçado por conta do apoio dado a um grupo de trabalhadores rurais sem terra que ocuparam a Fazenda Bela Vista onde atualmente existe o Acampamento. Desde então vem recebendo ameaças de morte por parte do fazendeiro.

Iniciativas encaminhadas ao poder público e medidas adotadas ou não.

- O delegado de Polícia Civil de Breu Branco nunca aceitou registrar os Boletins de Ocorrência das ameaças de morte sofridas pelas lideranças do Acampamento Perpétuo Socorro, alegando que tudo não passava de “boato”.
- O INCRA já assentou 18 famílias na área.

Situação da liderança ameaçada

Embora as 18 famílias de trabalhadores rurais sem terras tenham sido assentadas pelo INCRA, as ameaças de morte a João Ferreira da Silva continuam. Como já sofreu uma tentativa de homicídio, por parte do fazendeiro, se sente inseguro e com muito medo.



26

Nome: Antonio Edmar Ferreira da Costa

Categoria: Liderança

Município: Goianésia do Pará (PA)

Organização: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Goianésia do Pará

Descrição do conflito

As ameaças de morte feitas a Antonio Edmar Ferreira da Costa começaram desde quando organizou a ocupação da Fazenda Ibirapuera. O fazendeiro esteve no acampamento acompanhado por cinco pistoleiros e ameaçou todas as lideranças.

Além de Edmar, também o Válber, dono de um caminhão que transporta as famílias do Acampamento é ameaçado. Inclusive já tentaram queimar o seu caminhão.

O fazendeiro já foi flagrado com prática de trabalho escravo em suas carvoarias em Goianésia.

Iniciativas encaminhadas ao poder público e medidas adotadas ou não.

Antonio Edmar não registrou Boletim de Ocorrência Policial na Delegacia de Polícia Civil de Goianésia do Pará ou na DECA de Marabá. Tem somente informado os fatos ocorridos ao INCRA. O processo do imóvel está parado no INCRA. A alegação do INCRA é de que para avançar depende da decisão judicial.

Situação da liderança ameaçada

Desde março de 2010, Antonio Edmar Ferreira da Costa não anda mais sozinho com medo de ser assassinado. Não sai à noite e não participa mais dos eventos dos movimentos dos trabalhadores rurais.

27

Nome: Antonio Pereira

Categoria: Liderança

Município: Breu Branco (PA)

Organização: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Breu Branco

Descrição do conflito

No início do ano de 2010 Antonio Pereira juntamente com o senhor Francisco Alves Macedo, assassinado em 2011, lideraram a ocupação da fazenda



Comissão Pastoral da Terra - CPT

Castanheira, próxima da cidade de Breu Branco, com 1.500 famílias. Em razão disso, iniciaram as ameaças e delas resultaram no assassinato de Francisco Alves e o baleamento de sua filha. Antonio continua sendo ameaçado.

Iniciativas encaminhadas ao poder público e medidas adotadas ou não.

O senhor Antonio registrou boletim de ocorrência na Delegacia de Polícia Civil de Breu Branco, porém, as autoridades policiais nunca tomaram providências nem no que diz respeito as ameaças como da tentativa de homicídio sofrida por Graciete Souza.

Situação da liderança ameaçada

O senhor Antonio Pereira está sem poder sair de casa para trabalhar e sua família está passando por diversas necessidades, inclusive, de alimentação. Ultimamente ele contraiu uma úlcera nervosa em decorrência do estado de tensão que tem vivenciado. A situação é grave.

28

Nome: Maria do Carmo Pinheiro Chaves “Du Carmo”

Categoria: Trabalhadora Rural – Liderança

Município: Baião – PA

Organização: SINTRAF/FETRAF

Descrição do conflito

No mês de junho de 2012, Maria do Carmo assumiu a Coordenação da Comunidade Lago Verde, km 55 da BR 422 (Transcarnetá) – Baião – PA. Na Comunidade moram 36 famílias. A luta das famílias é para preservar o meio ambiente e garantir a sua sustentabilidade. E por conta de sua atuação contra a caça e pesca predatória vem sofrendo ameaças por pessoas alheias à comunidade. Por duas vezes, pessoas armadas de espingardas já foram a sua residência ameaçá-la de morte.

Iniciativas encaminhadas ao poder público e medidas adotadas ou não.

Maria do Carmo ainda não registrou Boletim de Ocorrência Policial. Ela está buscando apoio e orientação de Órgãos de governos e de Organizações não governamentais de como proceder à frente da problemática ambiental e das ameaças



Situação da liderança ameaçada

Por causa das ameaças Maria do Carmo tem evitado sair sozinha ou ficar só em casa. Tem buscado apoio de comunidades vizinhas e de algumas entidades.

29

Nome: Joacir Fran Alves Mota, José Maria Lopes da Silva e Maria Neuza Ribeiro

Categoria: Lideranças

Município: Conceição do Araguaia (PA)

Organização: Associação dos Pequenos Produtores São José [Acampamento São José], Fazenda Cruzeiro Novo.

Descrição do conflito:

Quarenta e cinco famílias de trabalhadores rurais sem terras, ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia montaram acampamento dentro da Fazenda Cruzeiro Novo, em 25/05/2010. O pretendente da referida fazenda é Nilton Gomes de Oliveira, conhecido por Nilton Baiano, deputado estadual do Espírito. Mas, antes que o Juiz da Vara Agrária de Redenção julgasse a ação de reintegração de posse impetrada pelo fazendeiro, a Polícia Militar de Conceição do Araguaia secundada por pistoleiros da fazenda despejou ilegalmente, em 25/12/2010, todas as famílias. Enquanto a polícia e os pistoleiros retiravam as famílias, funcionários da fazenda derrubaram com um trator, os barracos dos trabalhadores. Em janeiro de 2011 essas famílias retornaram, e montaram acampamento na estrada próximo da entrada da fazenda. Desde então, passaram a ser ameaçadas pelos pistoleiros que constantemente passavam por aquela estrada. Certo dia, dois pistoleiros resolveram atear fogo nos barracos do acampamento e despejar as famílias. No confronto, um dos pistoleiros que portava no momento um colete a prova de bala foi morto. Nas semanas seguintes as famílias transferiram o acampamento para dentro da área. Joaci Fran Alves Mota, uma das lideranças dessas famílias de trabalhadores rurais tem recebido ameaças de morte, reiteradas vezes. Outras lideranças como José Maria Lopes da Silva e Maria Neuza Ribeiro têm sofrido também ameaças de morte. Percebe-se que outras pessoas que começam a se destacar enquanto liderança no grupo, também passam a receber ameaças.

Iniciativas encaminhadas ao poder público e medidas adotadas ou não.

As ameaças de morte e tentativas de assassinatos foram registradas na Delegacia de Conflitos Agrários (DECA), em Redenção. A polícia ouviu em depoimentos o gerente da fazenda, mas até o momento não há denúncia do Ministério Público de qualquer dos fatos narrados acima.



Situação da liderança ameaçada

Joacir vem sofrendo ameaças constantemente, em razão de sua atuação como liderança do grupo. Ele muda frequentemente de veículo e de moradia para evitar que fique ainda mais visado e exposto. Pelo mesmo motivo, Joacir evita andar sozinho, já que pode ser assassinado a qualquer momento. José Maria Lopes da Silva e Maria Neuza Ribeiro também se encontram em situação de risco por conta das ameaças.

30

Nome: Nádia Pinho da Silva

Categoria: Liderança

Município: Santana do Araguaia (PA)

Organização: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santana do Araguaia e Associação de Acampados Brasil Novo, Fazenda Nobel do Pará.

Descrição do conflito:

No dia 08 de janeiro de 2007, 55 famílias de trabalhadores rurais sem terras montaram acampamento em frente a fazenda Ouro Verde, e lá permaneceram durante 02 anos. O dono desta fazenda, ingressou com a ação possessória, logrando obter liminar de despejo. O mandado de reintegração foi cumprido pelo oficial de justiça da Vara Agrária de Redenção, com o apoio da tropa de choque da PM de Belém. Os acampados mudaram o acampamento para a Vicinal Suçupara, onde ficaram por 06 meses. Depois desse tempo retornaram para a área inicial, mas dessa vez dentro das delimitações da fazenda Nobel, onde permaneceram por mais dois anos. Antes da tropa de choque da polícia militar de Belém, e o oficial de justiça cumprirem a ordem, as famílias se anteciparam e deixaram a área. A partir de então, estas famílias acamparam à margem da rodovia BR-158, onde ficaram por mais 09 meses. Após esse período, em outubro de 2011, estas famílias retornaram para a área da Fazenda Nobel, e montaram acampamento na área da fazenda, dividindo as famílias em lotes esparsos no interior do imóvel. Nádia Pinho da Silva é uma das principais lideranças do Acampamento Nobel. No papel de diretora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais-STTR de Santana do Araguaia acompanha também os acampamentos Pé da Serra e Águas do Papagaio, no mesmo município. Em razão da última ocupação da fazenda Nobel, a área teve sua “segurança” reforçada pelo fazendeiro Sebastião Alves Ribeiro Filho, que colocou pistoleiros armados para vigiar a sede da fazenda. Em razão de sua atuação no Acampamento Brasil Novo, Nádia corre risco de ser morta pelo bando armado que está na



fazenda.

Além disso, Nádia sabe que está sendo ameaçada também em razão de sua como diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santana do Araguaia, vez que acompanha o processo de organização das famílias acampadas da região onde reside, como por exemplo, do grupo de sem terras do Acampamento Pé da Serra. Esse outro grupo de trabalhadores rurais já foi despejado violentamente pelo fazendeiro João Moreira, dia 20 de outubro de 2010, onde uma pessoa foi atingida por um tiro. Nádia, enquanto diretora do STTR, tem acompanhado a organização e atuação deste grupo de acampados. Depois do despejo e do registro de ocorrência na DECA, a mesma foi abordada próximo à sua casa por um moto taxista acompanhado por um senhor conhecido como Amaral. O mesmo afirmou que lhe conhecia, sabia onde residia, o que fazia, e se não convencesse o grupo a retirar a queixa contra o fazendeiro João Moreira num prazo de 24 horas poderia sofrer sérias consequências.

Iniciativas encaminhadas ao poder público e medidas adotadas ou não.

O fato da entrada de pistoleiros no interior da fazenda Nobel, para reforçar a “segurança” da fazenda, que ocorreu no último mês, foi registrada na DECA de Redenção recentemente. As ameaças de João Alves Moreira, em razão do acompanhamento de Nádia, ao grupo acampado do Pé da Serra, também foi registrada na DECA. Sobre as ameaças o fazendeiro João Moreira nunca foi ouvido. No dia 11 de abril de 2012, em Redenção, foi realizada reunião com a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, onde ficou consignado, que ambos os fazendeiros (João Moreira e Sebastião) serão chamados para prestar esclarecimentos sobre a situação de violência em ambas as áreas na próxima reunião da Comissão. A data da reunião ainda será designada.

Situação da liderança ameaçada.

Desde outubro de 2010 que Nádia Pinho da Silva se sente insegura e com muito medo. Por esta razão não anda sozinha, nem mesmo dentro da cidade de Santana do Araguaia. Ela tem um barraco no interior do acampamento, e uma casa na cidade de Santana do Araguaia. Nádia divide seu tempo entre suas moradias, e não passa mais tempo no interior do acampamento, pois seu marido possui graves problemas de saúde.

31

Nome: Elizabete Lima da Silva

Categoria: Liderança

Município: Santana do Araguaia (PA)

Organização: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santana do Araguaia e a Associação “Deus Por Nós”, Fazenda Pé da Serra, PA Colônia Verde Brasileira



Descrição do conflito:

A área é um projeto de assentamento criado na década de 80, e que passou por um processo de reconcentração. A maior fazenda dentro do projeto de Assentamento é uma área de 400 alqueires, ocupada ilegalmente pelo fazendeiro João Moreira. O grupo de acampados da Associação “Deus por nós” tomou conhecimento da situação irregular da fazenda, e ocupou a área em 2009. Quando esta área, conhecida como Fazenda Pé da Serra foi ocupada, um pistoleiro não identificado foi até a casa da mãe de Elizabete, e disse que era para ela desistir da ocupação e sair da fazenda de João Moreira, senão seria morta. Nessa ocasião o pistoleiro ofereceu a Elizabete mobília nova para a casa de sua mãe, mas ela não aceitou. Pessoas desconhecidas voltaram na casa da mãe de Elizabete outras vezes e novamente ofereceram-lhe sucessivamente dinheiro (R\$ 25.000,00, R\$ 50.000,00 e R\$ 100.000,00) . Como o fazendeiro não logrou êxito em tirar o grupo cooptando a liderança, em agosto de 2010, o próprio fazendeiro, reuniu um grupo de aproximadamente 20 homens armados e encapuzados, e violentamente expulsaram os acampados da área. Em outubro do mesmo ano os acampados voltaram para a fazenda e novamente, no mesmo mês, foram expulsos pelo mesmo bando de pistoleiros, armados e encapuzados. Esta segunda ação do bando de pistoleiros foi ainda mais violenta. Várias pessoas foram agredidas e uma pessoa foi baleada na perna. Elizabete teve que se esconder na mata próxima, pois ela ouvia os pistoleiros dizendo, que “era para matar a Elizabete”. Após a segunda expulsão o grupo montou acampamento nas margens da BR 158, aproximadamente 10 Km antes da Cidade de Santana do Araguaia, sentido Redenção-Vila Rica-MT, onde permanecem até o momento. O grupo entende, que pelo fato da área ocupada ilegalmente pelo fazendeiro João Moreira, pertencer á União, ou seja, localizada dentro de um Projeto de Assentamento, já deveria ter sido há anos, objeto de retomada pelo INCRA, e por isso tem a disposição e a necessidade de retornar para o interior da área.

Iniciativas encaminhadas ao poder público e medidas adotadas ou não.

Foi registrada ocorrência sobre as ameaças e as duas expulsões violentas. Sobre as expulsões, a DECA, e a Polícia Civil de Santana, apuraram o crime, como sendo meramente ameaças e lesão corporal. As ameaças sofridas por Elizabete estão prescritas. A primeira expulsão dos acampados culminou em um Termo Circunstanciado de Ocorrência de ameaça, que também está prescrito. O segundo, foi instaurado inquérito de lesão corporal, que sequer foi relatado (concluído) pelo antigo delegado da DECA, Clóvis Reis Bueno, que ocupa hoje a Superintendência da Polícia Civil do Sul do Pará. Recentemente foi encaminhado ofício para o Delegado Clóvis cobrando a conclusão imediata do inquérito.

Os procuradores do INCRA já ingressaram com uma ação de reintegração de posse, da área, perante a Justiça Federal, para retirar o fazendeiro João Moreira. O processo está parado em razão de um conflito negativo de competência.



Comissão Pastoral da Terra - CPT

No dia 11 de abril de 2012, foi realizada reunião com a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, em Redenção, onde ficou consignado que o fazendeiro João Moreira será chamado na próxima reunião da Comissão para prestar esclarecimentos sobre a situação de violência na área. A data da reunião ainda será designada.

Situação da liderança ameaçada.

Desde que passou a ser procurada pelos pistoleiros na casa de sua mãe, essa situação tem afetado sua vida, pois não tem tranquilidade de sair na rua, tem medo de ser morta. Um pistoleiro, de nome “Amaral”, disse ter sido contratado para matá-la, mas não iria fazer. Ela se sente muito ameaçada e tem medo, porque o fazendeiro é muito violento. Ele, além das violências citadas, já derrubou a casa do próprio funcionário, por supostamente apoiar os sem terras, atitude que demonstra claramente sua aversão aos sem terra e a sua prática de violência. Elizabete Lima da Silva convive com o medo e a intranquilidade, devido as ameaças de morte que tem recebido. Ela sabe que corre sérios riscos, por apoiar os trabalhadores rurais sem terras do Acampamento Pé da Serra.

32

Nome: Eurival Martins Carvalho

Categoria: Liderança

Município: Parauapebas

Organização: Movimento Sem Terra

Descrição do Conflito:

É uma das primeiras lideranças do MST na região de Parauapebas. Sempre esteve à frente das ações organizadas pelo Movimento no sudeste do Pará na organização dos acampamentos de famílias sem terra em latifúndios improdutivos e na mobilização das famílias na defesa de seus direitos. Tem acompanhado as áreas de conflito em que as famílias pertencem ao MST. Já recebeu várias ameaças de morte. Sofre um processo de criminalização por parte das polícias civil e federal.

Iniciativas encaminhadas ao poder público e medidas adotadas ou não.

A situação de risco da liderança é de conhecimento público e já foi divulgada algumas vezes pela imprensa local.



Situação da liderança ameaçada.

Tem diminuído sua atuação à frete das ações de massa do MST em razão das ameaças e do processo de criminalização que enfrenta. Vive em situação de risco.

33

Nome: Francisco da Chagas Filho

Categoria: Liderança

Município: Parauapebas

Organização: Movimento Sem Terra

Descrição do Conflito:

Liderança do MST na região de Parauapebas. Acompanhou e acompanha as principais lutas do Movimento na região e no Estado. Tem atuação destacada na frente dos acampamentos de famílias sem terra e das ações em busca de direito da categoria. Já enfrentou várias situações de ameaças.

Iniciativas encaminhadas ao poder público e medidas adotadas ou não.

- Não há registro de ocorrência feita perante a DECA.

Situação da liderança ameaçada.

Tem diminuído sua atuação à frente das ações de massa do MST em razão da situação de vulnerabilidade que enfrenta. Vive em situação de risco.



Comissão Pastoral da Terra - CPT

4 - ÁREAS EM CONFLITOS ONDE PODEM AGRAVAR AS SITUAÇÕES DE AMEAÇAS E MORTES, CASO NÃO SEJAM SOLUCIONADOS.

Conflitos	Municípios	Nº famílias e movimentos sociais	Situação Jurídica	Situação atual
Fazenda Cedro	Marabá	250 - (MST)	- Parte do imóvel é de jurisdição do ITERPA e parte do INCRA. - Liminar de despejo suspensa.	- Acordo judicial em construção perante a Vara Agrária. - INCRA se comprometeu a abrir processo de fiscalização cadastral do imóvel.
Fazenda Maria Bonita	Eldorados dos Carajás	300 - (MST)	- Área com títulos expedidos pelo ITERPA. - Liminar de despejo suspensa	- Acordo judicial em construção perante a Vara Agrária. - INCRA se comprometeu a abrir processo de fiscalização cadastral do imóvel.
Fazenda Fazendinha	Curionópolis	230 - (MST)	- Terra pública federal. - Liminar deferida. - Agravo no TJ aguardando julgamento.	- INCRA não ingressou ainda com pedido de retomada perante a Justiça Federal.
Fazenda Gaúcha	Bom Jesus do Tocantins	220- (FETAGRI)	- Terra pública federal (área grilada). - Liminar de despejo indeferida na primeira e segunda instância.	- INCRA e MPF ingressaram com ACP com pedido de imissão do INCRA na posse. - Justiça Federal não deferiu a tutela antecipada e nem julgou o mérito.
Fazenda Nova Era	Itupiranga	60 - (FETAGRI)	- Terra pública Federal. - Justiça Federal determinou que o INCRA pague as benfeitorias ao ocupante. - Não há liminar de despejo contra as famílias.	- INCRA recorreu ao TRF da decisão da Vara Federa de Marabá. - Processo de criação do assentamento foi interrompido. - Presença de pistoleiros na área.
Fazenda Água Branca	Rondon do Pará	50 - (FETAGRI)	- Terra pública estadual. - Liminar deferida pela Vara Agrária.	- Despejo não realizado ainda. - ITERPA não decidiu sobre o processo de retomada.
			- Imóvel decretado pela Presidência da República para fins de desapropriação.	- Justiça Federal de Marabá não deferiu ainda a imissão de posse. - Grupo Santa Bárbara interpôs



Comissão Pastoral da Terra - CPT

Fazenda Itacaiúnas	Marabá	180- (FETAGRI)	- INCRA ingressou com ação expropriatória com pedido de imissão de poss.	Ação Declaratória de Produtividade.
Fazenda Santa Tereza	Marabá	40 (FETAGRI)	- Imóvel com título expedido pelo ITERPA. - Não há liminar deferida.	- Audiência marcada para tentativa de acordo com INCRA para vistoria.
Fazenda Belauto	São Félix do Xingú	280- (FETAGRI) e (FETRAF)	- Terra pública já arrecadada. - Haverá cumprimento de liminar contra famílias que ingressaram no imóvel antes do assentamento a ser criado pelo INCRA.	- Serão assentadas no imóvel, famílias que estão sendo retiradas da terra indígena Apiterewa. - O imóvel é insuficiente para assentar todas as famílias.
Fazenda Caracol	Bom Jesus do Tocantins	80 (FETAGRI)	- Terra pública Federal (área grilada). - Liminar deferida pela Vara Agrária de Marabá.	- A liminar não foi ainda cumprida. - O INCRA se comprometeu a ingressar com ação de retomada do imóvel perante a Justiça Federal.
Fazenda Bandeirantes	Itupiranga	40 (FETAGRI)	- Terra pública federal. - Justiça Federal reconheceu a posse do ocupante. - INCRA recorreu ao TRF da decisão.	- As família foram despejadas na primeira semana de julho de 2012. - Casas e plantações destruídas.
Fazenda Potiguar	Itupiranga	40 (FETAGRI)	- Terra pública federal. - Justiça Federal reconheceu a posse do ocupante. - INCRA recorreu ao TRF da decisão.	- As família foram despejadas na primeira semana de julho de 2012. - Casas e plantações destruídas.
Fazenda Calmé	Tucumã	30 - (MSTI)	- Terra pública federal (confiscada). - Justiça Federal deferiu liminar em favor do administrador judicial	- Despejo realizado no mês de Maio de 2012. - INCRA não ingressou com ação de retomada do imóvel por que ainda ta verificando se a área é publica ou não
			- Parte da área é terra pública federal e parte é de	- O INCRA não ingressou com



Comissão Pastoral da Terra - CPT

Fazenda Bom Jesus	Tucuruí	60 - (FETAGRI)	jurisdição do ETERPA. - Negada liminar de despejo na primeira e segunda instância.	ação de retomada da terra pública.
Fazenda Santa Maria	Eldorado dos Carajás.	250- (FETAGRI) e (FETRAF)	- Imóvel de jurisdição do INCRA. - Em processo de desapropriação.	- Houve ocupação desordenada da área. - Processo lento de desapropriação.
Fazenda Araguaia	São João do Araguaia	80 - (FETAGRI)	- Imóvel de jurisdição do INCRA. - Liminar suspensa.	- Em processo de tentativa de acordo com vistas a desapropriação.
Fazenda (complexo) Divino Pai Eterno.	São Félix do Xingú	- 180 famílias estão dentro do acampamento. -Existem mais 130 famílias de outro grupo que estão aguardando do lado de fora devido as divisões ocorridas (FETAGRI)	- Terra pública federal. - INCRA fez levantamento da área mas não ingressou ainda com ação de retomada.	-O INCRA incluiu na pauta da 370ª reunião da comissão nacional de combate à violência no campo, presidida pelo ouvidor agrário Nacional, desembargador Gercino José da Silva filho, em Marabá, na sede do INCRA, no dia 24 de julho de 2012
Projeto de Assentamento Rio Cururuí.	Pacajá.	750 famílias (FETRAF)	- Assentamento criado pelo INCRA em área inadequada e com modelo equivocado. - Forte invasão de madeireiros com pistoleiros.	A forte ação de diversos madeireiros na extração e venda ilegal de madeira no Assentamento tem gerado conflito e resultado em ameaças de mortes e nos assassinatos de vários trabalhadores.
Fazenda Pé da Serra – PA Colônia Verde Brasileira	Santana do Araguaia	20 famílias (STR Santana)	- Terra pública federal de PA. - INCRA ingressou com ação de reintegração de posse contra o fazendeiro.	- A ação de reintegração contra o fazendeiro esta parada em razão de um conflito negativo de competência entre as varas federais.
			-Latifúndio improdutivo	- Os acampados tentam firmar acordo com o fazendeiro para ele autorizar a vistoria na área. - Acampados ocupam 95% da área e estão dispostos a voltar a acampar em um pequeno espaço de 5 alqueires caso o fazendeiro autorize a vistoria.



Comissão Pastoral da Terra - CPT

Fazenda Cruzeiro Novo	Conceição do Araguaia	50 famílias (STR Conceição)	-Não há liminar, -INCRA impossibilitado de vistoriar em razão da área estar ocupada.	- A primeira ação foi julgada inepta. Há uma segunda ação, mas até o momento sem decisão liminar.
TOTAL DE ÁREAS: 20			Total de famílias: 3.395 famílias	



5 - REFLEXÕES SOBRE OS CASOS DE AMEAÇAS.

5.1 - Ameaças que se cumprem.

O levantamento feito pelas equipes da CPT do sul e sudeste do Pará, como parte desta pesquisa, apontou o número de 38 pessoas, entre lideranças sindicais e trabalhadores(as) rurais, vítimas de ameaças de morte e vivendo em situação de risco nessa parte do território amazônico. Importante destacar que o Caderno de Conflitos no Campo da CPT de 2011⁹ apontou 58 pessoas nessa condição nessas duas regiões. Mas a situação de ameaças não é uma realidade permanente, nem todas as pessoas que receberam ameaças no ano de 2011 continuaram ameaçadas em 2012. Aqueles casos onde os conflitos que originaram as ameaças foram solucionados ou a polícia investigou devidamente as ameaças feitas, a tendência é que a situação de risco deixe de existir para aquelas pessoas. Outro dado que deve ainda ser considerado é que para a confecção da lista para o Caderno de Conflitos no Campo, o Setor de Documentação da CPT Nacional, colhe informações das equipes de CPT localizadas nos Estados, das informações divulgadas pelos diferentes movimentos sociais com atuação no campo e das matérias divulgadas pela imprensa. No presente diagnóstico, as informações fornecidas pelas equipes da CPT que atuam no sul e sudeste constituiu a única fonte para a confecção do presente diagnóstico.

Os dados apontam uma realidade extremamente grave que vem sendo acompanhada e denunciada pela CPT há várias décadas. De acordo com os Cadernos de Conflitos no Campo, nos últimos 10 anos, 692 pessoas foram ameaçadas de morte no estado do Pará. A maioria absoluta dessas ameaças ocorreu no sul e sudeste do estado. Esse número, embora alto, não representa a totalidade das pessoas vítimas desse tipo de violência no campo. Muitos casos não são registrados porque as vítimas se encontram em municípios isolados ou em regiões que não tem a presença da CPT ou de outras entidades de defesa dos direitos humanos que possa proceder o registro das ameaças.

⁹ CPT. *Conflitos no Campo* Brasil 2011. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2012.



Comissão Pastoral da Terra - CPT

Em muitos casos, as ameaças de morte infelizmente se cumprem, principalmente quando o (a) ameaçado (a) é uma liderança sindical ou membro de alguma entidade de defesa dos direitos humanos, como por exemplo: a) os sindicalistas João Canuto de Oliveria, Exedito Ribeiro de Souza, Arnaldo Delcídio, Antônio Teles, Euclides Paulo, José Dutra da Costa, José Pinheiro Lima, Pedro Laurindo, José Cláudio Ribeiro da Silva, Maria do Espírito Santo da Silva e muitos outros; b) os advogados Gabriel Sales Pimenta, Paulo Fonteles e João Carlos Batista; c) as religiosas, Irmã Adelaide Molinari e Dorothy Stag. Todos fizeram parte da lista dos ameaçados de morte e acabaram sendo assassinados sem que o Estado brasileiro lhes desse proteção.

O caráter seletivo dos assassinatos no campo é uma das principais características dessa violência. Eliminar as lideranças é parte de uma estratégia criminosa articulada principalmente por fazendeiros, grileiros e madeireiros do sul e sudeste do Pará. Esta é uma prática que procura não só eliminar a vida das pessoas, mas desarticular as organizações e as lutas dos camponeses dessa região. Mas a violência atinge também quem não exerce o papel de liderança, basta que uma fazenda seja ocupada por trabalhadores rurais sem terras.

Os latifúndios sentem-se desafiado o seu poder e seu *status* social e político assim como aconteceu em diversos casos na região como as chacinas das fazendas Ubá, Princesa, Surubim, Dois Irmãos, Fortaleza e tantas outras.

A violência nos parece também uma prática sem limites quando o Estado, geralmente, a serviço dos grandes proprietários de terras, se sente desafiado pelos trabalhadores rurais como aconteceu com o Massacre de Eldorado dos Carajás. Por traz de cada assassinato encontra-se o crime organizado, composto por pistoleiros, intermediários e mandantes, às vezes, com a participação direta de membros dos aparelhos do Estado. Em muitos casos, a prática de pistoleiros e de policiais se misturam, assim como de mandantes, políticos e pessoas do Judiciário e do Ministério Público. Ou seja, estamos diante de uma situação em que interpenetram interesses de grandes proprietários de terras, pistoleiros, policiais e, às vezes, de membros do Ministério Público e do Judiciário contra a



Comissão Pastoral da Terra - CPT

luta dos trabalhadores rurais pela posse da terra. O resultado desse processo, na grande maioria dos casos, tem sido a impunidade.

6 - AS AMEAÇAS TÊM CAUSAS ESTRUTURAIS.

6.1 – A concentração da terra.

As diversas formas de violência no campo não acontecem por acaso, elas têm as suas causas geradoras. Os dados levantados por esta pesquisa apontam que as pessoas que receberam algum tipo de ameaça de morte no sul e sudeste do Pará estão envolvidas na luta pelo acesso à terra e na defesa da floresta. Os ameaçadores, na grande maioria dos casos, são fazendeiros, grileiros e madeireiros. Na origem de tudo isso está o velho problema da concentração da terra e das riquezas da floresta, principalmente, a madeira.

No Brasil, de uma forma geral, a propriedade da terra continua concentrada. Comparando os dados do último Censo Agropecuário (2006)¹⁰ com o penúltimo (1996) é possível perceber que o número de estabelecimentos rurais com menos de 10 hectares diminuiu muito nesses 10 anos. É nesse módulo rural que está a maioria dos camponeses. A área por eles ocupada saiu de 9,9 milhões de hectares para apenas 7,7 milhões, correspondendo a apenas 2,7% da área total brasileira. No outro lado, estão apenas 31.899 fazendeiros que dominam 48 milhões de hectares em áreas acima de mil hectares. E outros 15.012 fazendeiros com áreas superiores a 2.500 hectares, concentram 98 milhões de hectares. Estes são os fazendeiros do agronegócio, que representam menos de 1% dos estabelecimentos rurais no Brasil, porém controlam 46% de todas as terras agricultáveis. Veja a tabela abaixo.

¹⁰ Cf. IBGE. Censo Agropecuário 2006. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>. Acessado em 11/07/2011.



Comissão Pastoral da Terra - CPT

Tabela 01

Brasil: Número de estabelecimentos e área - Total e por grupos de área (1996 – 2006)

Total	1996		2006	
	Nº Estabelecimentos	Área	Nº Estabelecimentos	Área
	4.859.865	353.611.246	5.175.489	329.941.393
Menos de 10 ha	2.402.374	7.882.194	2.477.071	7.798.607
De 10 a menos de 100 ha	1.916.487	62.693.585	1.971.577	62.893.091
Menos de 100 ha	4.318.861	70.575.779	4.448.648	70.691.698
De 100 a menos de 1.000 ha	469.964	123.541.517	424.906	112.696.478
De 1.000 ha a mais	49.358	159.493.949	46.911	146.553.218

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2006.

Historicamente a concentração da terra no Brasil está associada ao controle da economia, da política, da imprensa e de diversos aparelhos do Estado. Concentrar a terra é sinônimo de poder. Assim foi nos séculos passados e continua até os dias atuais. A força dos latifundiários no Congresso Nacional sempre foi muito grande garantindo, dessa forma, os interesses do setor e impedindo os avanços de direitos dos movimentos sociais que atuam no campo, das populações tradicionais e de todos aqueles que defendem o fim da concentração da terra no Brasil e a implantação da reforma agrária.

No sul e sudeste do Pará, as sucessivas intervenções do Estado privilegiaram as atividades relacionadas à pecuária extensiva, a exploração madeireira e mineral como modelo de desenvolvimento da região. Contudo, marginalizaram as populações tradicionais (indígenas, posseiros, pescadores) e os agricultores familiares, migrantes de outras regiões do Brasil. Para o setor ruralista, o desenvolvimento regional passa pela “pata do boi” enquanto para as empresas mineradoras, a exploração mineral é o eixo principal desse desenvolvimento. Quem se opõe a essa lógica, como no caso dos movimentos



Comissão Pastoral da Terra - CPT

sociais do campo que atuam em defesa da reforma agrária, são qualificados como baderneiros, turbadores, invasores contrários ao “desenvolvimento” e o “progresso” da Amazônia.

Não é por acaso que os grandes proprietários rurais, madeireiros e carvoeiros usam da violência, através da pistolagem, às vezes com a participação direta de policiais, para tentar desarticular esses movimentos. Já as empresas mineradoras e outros grupos econômicos que atuam na região se utilizam da estrutura do próprio Estado (Polícia, Ministério Público e Poder Judiciário) para impor um processo de criminalização desses movimentos, ou seja, busca transformar as lutas sociais de defesa de direitos em práticas de crimes.

6.2 - A impunidade.

Quem ameaça e quem assassina geralmente é acobertado pelo manto da impunidade. Em relação aos assassinatos, apenas alguns poucos casos de maior repercussão, as ações penais foram concluídas e os responsáveis levados a júri, contudo nem todos os acusados foram condenados ou presos. Os assassinatos de João Canuto de Oliveira, Expedito Ribeiro de Souza, Dorothy Stang e os 19 trabalhadores rurais sem terras em Eldorado dos Carajás são exemplos dos casos de grande repercussão no Brasil e no exterior. Mas mesmo nos casos de grande repercussão como estes o tempo de tramitação dos processos extrapola todos os limites do tolerável por lei¹¹.

Em muitos casos os júris têm ocorrido mais de 20 anos depois (ver tabela em anexo). A CPT de Marabá constatou em um levantamento que fez em 2009 que dos 687 assassinatos no campo, ocorridos entre 1982 e 2008, no estado do Pará, os inquéritos e ações penais que existiam apuravam apenas 259 desses crimes. Ou seja, apenas 37,7.% dos assassinatos nesse período, correspondendo menos da metade dos assassinatos registrados nesse lapso de tempo.

¹¹ O Código de Processo Penal Brasileiro estabelece que o tempo razoável de duração de um processo não poderia ultrapassar o período de 6 meses



Comissão Pastoral da Terra - CPT

Em relação às ameaças de morte, a situação não tem sido diferente. Em muitas delegacias, os delegados ou escrivães se negam a registrar as ocorrências e muitas vezes usam palavras, parte de um vocabulário depreciativo, estigmatizante e preconceituoso contra os trabalhadores rurais, procurando fazer das vítimas elas mesmas culpadas pelas as ameaças. Quando são obrigados a registrar, por pressão de alguma entidade ou advogado, normalmente não investigam as origens dessas ameaças. O desinteresse da polícia em investigar se explica, em muitos casos, devido as relações políticas e econômicas das áreas de segurança pública do estado do Pará com os madeireiros e latifundiários.

A criação das Delegacias Especializadas de Conflitos Agrários (DECA), em Marabá e Redenção, trouxe relativos avanços, mas como os delegados dessas delegacias geralmente não passam por formação específica, acabam reproduzindo as mesmas práticas das delegacias comuns, contribuindo, efetivamente, para que os crimes e a impunidade se perpetuem no campo. Embora não se neguem a fazer os registros, poucos casos resultam em uma investigação que consiga chegar aos ameaçadores e impedir que as ameaças se concretizem em assassinatos.

6.3 - O desmonte da reforma agrária.

Analisando as informações e os dados desta pesquisa é possível constatar que muitas das ameaças de morte são originadas de conflitos não solucionados pelo INCRA e pelo governo do estado do Pará. Na maioria dos casos, as ameaças deixam de existir quando os conflitos são solucionados por meio das desapropriações de imóveis improdutivo ou arrecadação das terras públicas para a reforma agrária. Quanto mais se arrastam os conflitos, sem a devida solução, maior tem sido o número de ameaças contra os trabalhadores rurais e suas lideranças.

Outros conflitos que acabam resultando em ameaças e mortes têm sido as reconcentrações de terras em áreas de Projetos de Assentamentos (PAs) por pessoas não clientes da reforma agrária. Mesmo proibido por lei, o comércio de lotes no interior dos assentamentos tem sido constante, mas o INCRA e o



Comissão Pastoral da Terra - CPT

Ministério do Desenvolvimento Agrário não têm uma política de combate estas práticas. A inoperância e omissão do INCRA são as principais causas geradoras das ameaças e da insegurança no campo. Dos 35 casos de ameaças constantes nessa pesquisa, 23,8% tem se dado em razão do processo de concentração de lotes em áreas de assentamentos da reforma agrária da região. Infelizmente, nesse aspecto o cenário é desanimador. Se faz necessário posições urgentes do MPF e da Justiça Federal para determinar ações exequíveis por parte do INCRA e do MDA.

Diante desses fatos é possível afirmar que a política de reforma agrária do atual governo deixou de ser prioridade no meio rural. Tomar medidas para solucionar a exclusão no campo fazendo a distribuição da terra e gerando empregos não estão nos planos do governo, mas o agronegócio é considerado uma alternativa para desenvolver o campo. Por esta razão os interesses dos ruralistas não são confrontados pelo atual governo. A aprovação de um conjunto de mudanças no novo Código Florestal Brasileiro favoráveis ao setor é um exemplo desse processo. Enquanto isso as famílias acampadas ou assentadas padecem com a situação de abandono, Não só as famílias que estão acampadas não são assentadas, mas aquelas que já estão devidamente assentadas não recebem recursos para melhorar as infraestruturas dos PAs ou para aplicar na produção da lavoura ou extrativa.

A Superintendência do INCRA em Marabá (SR-27) foi transformada em um espaço privilegiado de articulação política onde as pessoas que ocupam os cargos de confiança são indicadas muito mais para arregimentar apoio às candidaturas de membros de partidos políticos nos pleitos eleitorais do que empenharem-se na solução dos conflitos agrários e atender as demandas dos trabalhadores rurais assentados.

6.4 - Meio ambiente desprotegido.

Muitos casos de ameaças de morte contra lideranças dos movimentos sociais na região foram em razão de suas lutas em defesa da floresta. O caso do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do



Comissão Pastoral da Terra - CPT

Espírito Santo da Silva, em Nova Ipixuna, é um exemplo dessa situação. A inoperância do IBAMA e o fraco desempenho do MPF e da Polícia Federal em fiscalizar e punir os responsáveis pelos crimes ambientais resultou no assassinato desse casal.

Há mais de 10 anos que esse casal vinha denunciando os crimes ambientais praticados por madeireiros e carvoeiros no Projeto de Assentamento Agroextrativista Praia Alta/Piranheira. Cerca de 80% da floresta rica em essências extrativistas foi destruída sem resultar no fechamento das carvoarias e serrarias clandestinas e na instauração de inquéritos ou ações penais contra os infratores. Só após o assassinato do casal com forte repercussão que o caso teve no Brasil e no exterior que o IBAMA desencadeou uma operação no interior do assentamento, destruiu os fornos de fabricação de carvão e fechou as sete serrarias clandestinas localizadas na sede do município. Quer dizer, foi preciso que duas lideranças extrativistas fossem assassinadas para que o IBAMA descobrisse, após mais de 10 anos de denúncias feitas pelo casal, que a fabricação de carvão no Projeto de Assentamento e todas as serrarias do município eram clandestinas. Até então, não se tinha notícia de nenhum procedimento investigatório da Polícia Federal desencadeado assim como nenhuma ação judicial proposta pelo MPF, de fato, efetivada.

O caso do Projeto de Assentamento Agroextrativista é um exemplo do que ocorre no sul e sudeste do estado do Pará. Um IBAMA desaparelhado, com muitos servidores coniventes com as práticas criminosas; uma Polícia Federal empenhada muito mais na criminalização dos movimentos sociais;¹² e um MPF muito atuante no pedido de abertura de ações penais contra os trabalhadores e suas lideranças, porém não tão empenhado na abertura de processos contra os que promovem os crimes ambientais.

¹² Mais de 40 lideranças dos trabalhadores rurais foram indiciadas pela Polícia Federal nos últimos 3 anos no sul e sudeste do Pará.



Comissão Pastoral da Terra - CPT

6.5 - Patrimônio público sem defesa e crimes sem punição.

Diversos trabalhadores rurais e lideranças ameaçadas de morte fazem parte dos acampamentos de famílias sem terras que reivindicam terras públicas ilegalmente ocupadas por fazendeiros e madeireiros. No sul e sudeste do Pará, são milhões de hectares de terras criminosamente grilados ou ocupados ilegalmente por latifundiários. As respostas que os trabalhadores rurais e suas lideranças têm recebido quando pressionam a liberação dessas áreas para a reforma agrária tem sido as ameaças e mortes por parte dos grileiros e ocupantes ilegais.

O INCRA e o ITERPA são os grandes responsáveis pelo agravamento dessa situação. Por outro lado o Ministério Público Estadual (MPE), o MPF, a Justiça Estadual e a Justiça Federal tem tido uma atuação pouco eficiente frente a esta questão. O INCRA devido seu sucateamento e sua manipulação partidária, como já mencionado anteriormente, têm poucos servidores e pouco interesse em levantar a situação de todos os imóveis de seu patrimônio que estão ocupados ilegalmente. Das áreas já identificadas, a procuradoria do órgão tem conseguido interpor ações de retomadas em uma pequena parte delas. O interesse do ITERPA tem sido mais pela regularização das terras de patrimônio do Estado do Para em nome dos pecuaristas do que destiná-las para o programa de reforma agrária. Tanto o Governo Federal quanto o Governo do Estado do Pará lançaram programas próprios de regularização fundiária (Terra Legal e Programa de Regularização do Estado) com objetivo de legalizar em nome dos pecuaristas as terras que foram produtos de crimes no Pará e na Amazônia como um todo.

Levando em consideração a prática do ministério público e do judiciário no campo, a situação é ainda mais grave. Mesmo a Constituição Federal de 1988 tendo determinado, em seu Artigo 188, que as terras públicas do território nacional devem ser destinadas à política agrícola e ao plano nacional de reforma agrária, nem os ministérios públicos e nem o judiciário interessam em implementar ações para destinar essas terras aos trabalhadores rurais. Ou seja, estas instituições não obedecem ao que define a Constituição Federal quando tratam dessas questões. Frente às pressões dos movimentos sociais do campo, o



Comissão Pastoral da Terra - CPT

MPF de Marabá, em conjunto com o INCRA, impetrou algumas ações perante a Justiça Federal de Marabá no sentido de retomar algumas áreas de terras públicas griladas, mas além de serem insuficientes para assentar todas as famílias de sem terras da região, essas ações foram geradas nos casos em que apresentavam alto índice de tensões e de conflitos sociais em razão das ocupações feitas pelos trabalhadores.

Já com relação às áreas de terras públicas federais ocupadas ilegalmente por centenas de fazendas nada foi feito por estas instituições. O mesmo se pode constatar com relação ao MPE. No sul e sudeste do Pará, esta instituição pouco tem feito para proteger as terras de patrimônio do Estado através de interposição de ações que visem sua retomada e destinação ao programa de assentamentos rurais.

Já com relação às justiças estadual e federal, o único avanço percebido diz respeito a atuação da Vara Agrária de Marabá que tem enfrentado aqueles que grilaram terras públicas, negando liminares de reintegração de posse e sentenciando contra os fazendeiros nas ações possessórias. Já com relação à atuação da esfera federal, os juízes têm, na maioria absoluta dos casos, tem negado a imissão do INCRA na posse dessas áreas e garantido a permanência dos ocupantes ilegais nas terras.

Por outro lado, embora o Artigo 20 da Lei nº 4.947/66 defina que a ocupação ilegal de terras públicas seja crime¹³ e o Artigo 297 do Código Penal estabeleça que “**falsificar documento público no todo ou em parte ou alterar documento público verdadeiro**” seja também crime, com pena de 2 a 6 anos mais multa, não temos conhecimento de um único caso de condenação de fazendeiros e madeireiros que ocuparam ilegalmente milhares de hectares de terras públicas no sul e sudeste do Pará que tivessem sido proposta pelos Ministérios Públicos Estadual e Federal, acatada pelas justiças estadual e federal. O mesmo se pode constatar com relação àqueles que falsificaram documentos públicos para apropriarem-se de milhares de hectares de terras comumente

¹³ “Invadir com a intenção de ocupá-las, terras da União, dos Estados e dos municípios. Pena de 1 a 3 anos”.



Comissão Pastoral da Terra - CPT

denominados de “grileiros”. Todos esses crimes seguem impunes. Vale considerar que além desses crimes, muitos fazendeiros cometem muito outros crimes nas áreas de terras públicas griladas ou ocupadas ilegalmente como trabalho escravo, danos ambientais, etc..

Se pelo menos 1/3 das terras públicas fossem arrecadadas e destinadas para o programa de reforma agrária, conforme prevê a Constituição Federal Brasileira, todas as famílias de trabalhadores rurais sem terras acampadas no sul e sudeste do Pará seriam assentadas. Seguramente o Estado brasileiro não precisaria gastar volumosos recursos para desapropriar terras de particulares. O único caso que temos conhecimento de condenação pela Justiça Federal de Marabá, a pedido do MPF, foi de uma família de sem terras que foi despejada pela Polícia Militar na Praça do Mogno localizada em frente o prédio da Superintendência Regional do INCRA (SR-27). Devido sua permanência no local, porque não tinha para onde ir, esta família foi indiciada pela Polícia Federal, denunciada pelo MPF e condenada pela Justiça Federal por “ocupar terras públicas da União”.

6.6 - Trabalhadores a mercê das ameaças.

O Caderno de Conflitos no Campo 2011 traz um dado preocupante: o crescimento avassalador dos índices de trabalhadores (as) ameaçados de morte no Brasil. Em 2010 foram 125 registros de ameaças. Já em 2011 saltou para 347. Um aumento de 177,6%. Quase o triplo dos casos em relação a 2010. Este Caderno aponta também que desses casos, 86% ocorreram na Amazônia brasileira o que demonstra a continuidade dos conflitos agrários e ambientais na região. E se detalharmos melhor verifica-se que no Pará, especialmente o sul e sudeste do estado, infelizmente muito contribui para esses índices tão alto.

Nesse contexto, que é histórico, não só no que tange a ameaças de morte, mas concretamente na efetivação dessas, surge uma questão: como garantir à integridade desses trabalhadores?

Uma alternativa que é fruto das denúncias e atuação das organizações representativas de trabalhadores e entidades que atuam na promoção da defesa



Comissão Pastoral da Terra - CPT

dos direitos humanos e em consonância com os acordos internacionais assinados pelo Brasil foi criado, em 2004, o Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos e no ano seguinte foi criado no Pará, o programa estadual. Porém, passados sete anos da criação dessa política pública, o Programa Estadual de Proteção enfrenta sérios limites do ponto de vista financeiro, estrutural, político, de quadro técnico e de estratégia de atuação. O Estado não conseguiu garantir a liberdade de atuação e vida dos trabalhadores e suas lideranças.

No sul e sudeste do Pará, com todos os casos publicamente denunciados, apenas Maria Joel Dias da Costa, de Rondon do Pará, tem proteção policial, que inclusive, já caminha para mais de 06 anos, sem que a impunidade que geram as ameaças, bem como a morosidade na realização da reforma agrária não tenha sido resolvidos, tornando a situação irresolutiva e *ad eternum*. Diante desses fatos pergunta-se: esse é o modelo de proteção que os trabalhadores rurais e suas lideranças precisam, tendo a sua privacidade invadida e sofrendo sérios comprometimentos do convívio social e familiar, enquanto os ameaçadores continuam soltos e livres para continuar intimidando?

As situações de trabalhadores rurais e suas lideranças se complicam na medida em que casos graves como da Laísa Sampaio, de Nova Ipixuna, continuam sem apoio e proteção, apesar das inúmeras denúncias e reuniões realizadas com o Governo do Estado do Pará e com o Governo Federal, que inclusive, ainda não definiram sequer depois de 08 anos, um marco legal dos programas de proteção aos defensores de direitos humanos no estado.



RECOMENDAÇÕES

Para o Governo Federal: Ministério da Justiça (MJ), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria Especial de Direitos Humanos (SDH) e Ouvidoria Agrária Nacional, (OAN).

- Que o MJ e SDH priorize a aprovação do marco legal do Programa de Defensores de Direitos Humanos e assim possam garantir ações permanentes e contínuas;
- Que a SDH amplie a rede de atendimento com mais recursos financeiros, humanos e de infraestrutura considerando, inclusive, as dimensões e complexidades regionais;
- Que o SDH possa estabelecer mais estreitamente canais de definições e diálogo com o Programa Estadual de Proteção, especialmente, no que tange, a definição e liberações de proteção;
- Que o MJ e Ouvidoria Agrária Nacional exijam que a Polícia Federal apresente relatório sobre os inquéritos instaurados para a apuração dos crimes contra o meio ambiente e ocupação ilegal de terras públicas em áreas de conflitos, especialmente no Projeto de Assentamento Agroextrativista Praia Alta/Piranheira, em Nova Ipixuna;
- Que o MJ e SDH garantam a inclusão da professora Laisa Sampaio no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos;
- Que o MDA, INCRA e OAN priorize as articulações junto ao, TRF, STJ e STF para que sejam julgadas as ações que tramitam nos mencionados órgãos que obstaculizam a desapropriação ou arrecadação de terras nas regiões sul e sudeste do Pará;
- Que o MDA e INCRA garanta recursos necessários para a melhoria da infraestrutura nos Assentamentos da região;
- Que o INCRA nacional aumente o número de procuradores do órgão que atuam na Superintendência de Marabá;



Comissão Pastoral da Terra - CPT

- Que a OAN realize um audiência pública a cada bimestre nas duas regiões visando a mediação e encaminhamento de solução dos conflitos existentes;

Recomendações para a Superintendência do INCRA de Marabá.

- Que a procuradoria do INCRA ingresse com ações de retomada junto à Justiça Federal em relação a todos as terras públicas griladas ou ocupadas ilegalmente na região e destine essas terras para o assentamento de famílias sem terras;
- Que o INCRA monitore e proíba a venda de lotes para não clientes da reforma agrária nas áreas de assentamento;
- Que o INCRA estabeleça um cronograma de reuniões durante o ano com os representantes dos Movimentos Sociais da região para apresentar resultado do andamento dos processos administrativos que tramitam no órgão visando a solução de conflitos envolvendo os trabalhadores rurais;
- Que o INCRA proceda a retomada dos lotes concentrados nas mãos de não clientes da reforma agrária no no Projeto de Assentamento Agroextrativista Praia Alta/Piranheira, em Nova Ipixuna, conforme levantamento já realizado;

Recomendações para o Ministério Público Federal (MPF) e Justiça Federal (JF).

- Que o MPF, em parceria com a Procuradoria do INCRA, ingresse com as ações de retomada das terras públicas federais ocupadas ilegalmente ou griladas e que essas terras sejam destinadas ao programa de reforma agrária;
- Que o MPF, a partir de informações do INCRA, denuncie à Justiça Federal de Marabá e Redenção, todos os grileiros e ocupantes ilegais de terras públicas;
- Que a Justiça Federal defira os pedidos de tutela antecipada requeridos pelo INCRA em processos de arrecadação de terras públicas e obrigue o órgão fundiário, a fazer depósito em juízo de valores referentes às benfeitorias, quando estas ainda estiverem em discussão;



Comissão Pastoral da Terra - CPT

- Que o MPF apresente denúncia contra José Rodrigues Moreira, mandante da morte de José Cláudio e Maria, pelo crime de ocupação ilegal de terras públicas, fato este que motivou o assassinato do casal;
- Que o MPF exija do INCRA e da FUNAI um cronograma de reassentamento, na fazenda Belauto, das famílias clientes da reforma agrária, que ocupam a terra indígena Apiterewa e monitore seu cumprimento;

Recomendações ao Governo do Estado e Instituto de Terras do Pará (ITERPA).

- Que o governo do Estado do Pará implante um escritório do ITERPA em Marabá;
- Que o ITERPA em conjunto com a procuradoria do Estado reveja a situação de todas as fazendas implantadas em áreas de aforamento concedido pelo Estado;
- Que o ITERPA em conjunto com a Procuradoria do Estado ingresse com ações de retomada das terras públicas estaduais ocupadas ilegalmente ou griladas;
- Que o Governo do Estado determine que a SEMA agilize os processos de liberação das licenças ambientais para os assentamentos rurais;
- Que o ITERPA retome a modalidade de criação de assentamentos em terras estaduais em parceria com o INCRA;
- Que o Governo do Estado dê qualificação específica para os delegados que são nomeados para as DECAs existentes;
- Que a Secretaria de Segurança Pública disponibilize policiais com treinamento específico para fazer a segurança dos ameaçados quando solicitado
- Que os veículos adquiridos com recursos do Programa de Defensores de Direitos Humanos sejam destinados para a locomoção dos ameaçados;
- Que proteção oferecida aos trabalhadores rurais seja para além da proteção policial, garantido acompanhamento e monitoramento psicológico e social;
- Que as DECAs de Marabá e Redenção apresentem relatório das investigações feitas, TCOs e inquéritos instaurados para apurar os registros de ameaças feitos



Comissão Pastoral da Terra - CPT

nessas delegacias pelas pessoas ameaçadas, bem como das ocorrências de agressões e homicídios contra os trabalhadores rurais;

- Que as DECAs de Marabá e Redenção apresentem relatório das investigações das ações de pistoleiros na região contra trabalhadores rurais, bem como da atuação das “escoltas armadas” envolvidas em diversos casos de violência contra trabalhadores rurais;

Recomendações ao Ministério Público e à Justiça Estadual.

- Que o Ministério Público e a Justiça Estadual dê prioridade na tramitação das ações penais e realização de julgamentos dos acusados de crimes no campo, conforme relação do anexo 02;

- Que o Tribunal de Justiça mantenha os requisitos de qualificação na área agrária para os juízes que serão nomeados para as Varas Agrárias existentes;

- Que o Ministério Público Estadual crie as promotorias agrárias onde existem as Varas Agrárias;

- Que o Ministério Público priorize o ingresso das ações de cancelamento de registros falsos de propriedades rurais e sua retomada para o patrimônio estadual;

- Que o Ministério Público de Marabá apresente aditamento à denúncia contra dois outros mandantes do assassinato de José Claudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva, em Nova Ipixuna.